



# Hamas, anarquistas no ocidente e solidariedade com a Palestina: uma analise

*Anonymous*

**Danças das Idéias  
2025**

# **Hamas, anarquistas no Ocidente e solidariedade com a Palestina: uma análise**

**Anonymous**

Danças das Ideias  
2025

**Edição original:**

Título: Hamas, anarchists in the West and Palestine solidarity: An analysis

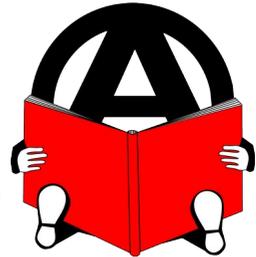
Autor: Anonymous

Temas: Anarchism, Gaza, Hamas, National Liberation struggles, Palestine, Palestine Solidarity, Settler Colonialism  
July 15th 2024

Fonte: Retrieved on August 1, 2024 from

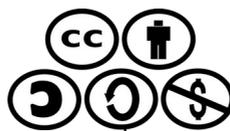
<[libcom.org/article/hamas-anarchists-west-and-palestine-solidarity-analysis](https://libcom.org/article/hamas-anarchists-west-and-palestine-solidarity-analysis)>

Notas: Anonymous author from Stoking the Embers Collective



tradução livre por Dança das Idéias  
revisão Fenikso Nigra  
diagramação Barricada Libertária  
Campinas/SP-Brasil, 2025

<https://anarkio.net>  
e-mail: [lobo@riseup.net](mailto:lobo@riseup.net)



## **Hamas, anarquistas no Ocidente e solidariedade com a Palestina: uma análise**

1 Lendo o Hamas como um movimento anticolonial	08
1.1 Hamas: um movimento	08
1.2 O mito do Hamas como uma “criação” de Israel	10
1.3 Debate interno, pragmatismo e os hudnas	13
1.4 Resistência não violenta, resistência armada e linhas vermelhas	21
1.5 O Islão, a(s) Carta(s) e o anti-semitismo	23
1.6 Hamas o partido	26
1.7 O 7 de outubro	30
1.8 Atrocidades	39
1.9 Qual o futuro do Hamas?	44
2 Como os libertários do Ocidente devem responder materialmente a isso?	47
2.1 Sobre as lutas de libertação nacional e o colonialismo de povoamento	48
2.2 Solidariedade com a Palestina e organizações anarquistas: alguns pontos práticos	55
2.3 Conclusão	58
3. Bibliografia	60

No Ocidente, é praticamente impossível falar publicamente sobre o Hamás de qualquer forma que não seja uma condenação direta e total. Por trás dessa notável limitação do espectro do debate público reside a ideia de que o Hamás representa um "mal" tão profundo que carece de qualquer complexidade. Em parlamentos, universidades e jornais, o Hamás nunca é discutido, simplesmente porque — presume-se — não há nada para discutir. A ideia de que o Hamás é simplesmente um grupo "terrorista" que não deseja nada além de morte e destruição tornou-se pública e de conhecimento comum entre as elites sociais e políticas, um fato tão bem estabelecido que nem precisa ser discutido.

Infelizmente, os esquerdistas radicais ocidentais não ficaram imunes a essa lógica de deturpação e censura do pensamento. Seja pela internalização da propaganda estatal, pelo racismo antiárabe e pela islamofobia, ou por dogmatismo ideológico, antes e depois de 7 de outubro, muitos esquerdistas rejeitaram o Hamás com pouca ou nenhuma argumentação. O Hamás é tachado de "reacionário" e "antisemita" e é caracterizado como um obstáculo à libertação palestina. Essa rejeição é frequentemente acompanhada de declarações infundadas repetidas vezes, como a noção de que o Hamás não tem apoio real entre os palestinos, ou que o grupo foi criado e financiado por Israel para minar a luta palestina, ou ainda que o Hamás não tem consideração pelas vidas palestinas e pela libertação palestina, e tudo o que queria alcançar com seu ataque de 7 de outubro era provocar Israel a matar o maior número possível de civis palestinos.

Em alguns casos, os esquerdistas vão ainda mais longe e espelham completamente os tropos islamofóbicos mais inanes e os pontos de discussão da propaganda estatal. Um exemplo disso é representado pelo artigo "O Mundo da Morte do Capitalismo", publicado na "Perspectiva Internacionalista" em outubro passado. O artigo começa equiparando o Hamás à Al-Qaeda, afirmando que "Ambos [...] são guiados por uma ideologia islâmica, baseada em mitos de um passado glorioso e um futuro ainda melhor no céu". Prossegue, afirmando que o Hamás tem "total desprezo pela vida humana, incluindo, às vezes, a sua própria. Eles são uma expressão clara da cultura da morte que o capitalismo produz nesta época". Novamente, essas frases prontas são dadas como "fatos estabelecidos" que todos aceitam e, portanto, não

precisam ser apoiadas por argumentos. O fato de pertencerem ao imaginário coletivo da pior direita islamofóbica e de serem repetidas quase palavra por palavra pelos apoiadores da violência colonial israelense deveria alarmar a todos nós.

Este artigo tem dois objetivos. O primeiro é apresentar alguns elementos para ajudar os esquerdistas ocidentais a compreender melhor o Hamás. Neste ponto, uma ressalva se impõe: não possuo experiência acadêmica sobre o Hamás. Meu conhecimento limitado advém da literatura sobre o movimento que tenho lido, de fontes primárias publicamente disponíveis (declarações oficiais e entrevistas) e de conversas com camaradas palestinos e árabes. Os elementos que apresentarei aqui não constituem, de forma alguma, um relato exaustivo da história, da política e da filosofia do movimento. Destinam-se apenas a destacar alguns aspectos importantes que são frequentemente ignorados. A conclusão que espero que saia desta parte do artigo é clara: o Hamás é um movimento de libertação nacional. Seus objetivos declarados são combater o projeto colonial de assentamento que é o sionismo e alcançar a autodeterminação nacional para os palestinos. O Hamás é um movimento-partido; utiliza uma variedade de métodos — da mobilização em massa à participação na democracia liberal e à luta armada — para atingir seus objetivos. Sua liderança política demonstrou ser pragmática e resoluta. Como todo movimento de libertação nacional na história, o Hamás é um fenômeno complexo, com muitas tendências opressivas e contradições.

O leitor notará que, no artigo, não menciono muitos tópicos importantes. Por exemplo, este artigo não diz quase nada sobre o papel do Hamás na reprodução da opressão patriarcal na Palestina, ou sobre as relações do Hamás com atores regionais repressivos e autoritários, como o regime iraniano. Esses são tópicos extremamente importantes, mas são secundários para o propósito deste artigo. Não estou tentando dar notas boas ou ruins ao Hamás, seja lá o que isso signifique. O que estou tentando fazer é muito mais básico: mostrar que o modo de funcionamento e operação do Hamás, suas táticas e estratégias, são aquelas que encontraríamos em qualquer outro movimento de libertação nacional. Portanto, os esquerdistas devem entendê-lo e abordá-lo como tal. O Hamás não justifica o excepcionalismo, a simplificação excessiva e a interpretação equivocada com que é frequentemente abordado.

Isso me leva ao segundo objetivo deste artigo, que é esboçar uma resposta para a pergunta: O que isso significa para anarquistas/comunistas libertários no Ocidente? Claramente, nenhum de nós provavelmente precisará responder à questão de como responder materialmente ao Hamas em nossas próprias geografias. Esta é uma questão que nossos camaradas palestinos precisam navegar [1]. No entanto, uma compreensão rigorosa do Hamas é extremamente importante para nós, eu argumento, pelas seguintes razões: 1. para nos fazer avançar em nosso trabalho de solidariedade com a luta palestina; 2. para nos ajudar a entender melhor as lutas de libertação nacional, particularmente aquelas travadas contra projetos coloniais de assentamento, e nosso papel em (solidariedade com) eles; 3. Para nos prepararmos, teórica e praticamente, para um presente-futuro em que as linhas nacionais e religiosas se tornarão ainda mais centrais para a luta entre os estados e suas populações.

Algumas notas rápidas e definições antes de começar. No texto, utilizo frequentemente a expressão “pragmatismo/dinamismo político”: o que quero dizer com isso é a capacidade de uma organização de se adaptar a circunstâncias difíceis e se concentrar no melhor caminho para atingir seus objetivos. Ao longo do texto, utilizo os termos “comunista libertário” e “anarquista” de forma intercambiável: aqueles a quem me refiro com esses termos são essencialmente revolucionários anarco-comunistas favoráveis a organizações. No contexto da Palestina, também utilizo os termos “nacional” e “(anti-)colonial” de forma um tanto imprecisa, equiparando essencialmente “luta de libertação nacional” e “luta anticolonial”, ou “opressão nacional” e “opressão colonial”. Dado que a opressão nacional palestina tem caráter colonial, não considero essa equivalência problemática para os propósitos deste artigo. Todas as ênfases nas citações foram adicionadas por mim.

# 1 Lendo o Hamás como um movimento anticolonial

*“O Movimento de Resistência Islâmica (Hamás) é um movimento de libertação nacional palestino que luta pela libertação das terras palestinas ocupadas e pelo reconhecimento dos direitos legítimos palestinos.”*

— Do documento “*É por isto que lutamos*” (final da década de 1990), a resposta do Hamás a um pedido de uma missão diplomática europeia em Amã para uma explicação dos objetivos, valores e ideais do Hamás. [2]

## 1.1 Hamás: um movimento

Quer queiramos ou não, não podemos negar o fato de que o Hamás é um movimento político e social. Desenvolveu sua própria filosofia política, em grande parte inspirada na da Irmandade Muçulmana, fundamentada em ideias de emancipação política e socioeconômica das massas marginalizadas e de regeneração moral e espiritual baseada em uma leitura particular dos textos sagrados muçulmanos. Desde o anúncio público de sua fundação em 1987, o Hamás tem utilizado um amplo espectro de táticas e estratégias para perseguir seus objetivos. Possui uma base popular de massa, que mobiliza por meio de greves e manifestações em massa. Essa base popular foi construída por meio da estratégia de duplo poder do Hamás, que durou uma década e incluiu o estabelecimento de um sistema de instituições vinculadas ao movimento que atendem aos pobres: escolas, hospitais, clínicas, programas de extensão comunitária, centros para mulheres, centros para jovens, lares para idosos, centros de treinamento vocacional e comitês islâmicos nos campos de refugiados de Gaza. Sara Roy, autora do livro “Hamás e a Sociedade Civil em Gaza”, classifica estas instituições como tradicionais/não ativistas ou desenvolvimentistas/ativistas: “as primeiras tendiam a concentrar-se na resposta às necessidades básicas dos indivíduos e das famílias — onde as iniciativas institucionais eram definidas pela necessidade e não pela visão — enquanto as últimas enfatizavam o empoderamento cívico através da participação comunitária e eram inspiradas por uma visão mais ampla e articulada.” [3]

O Hamas também se caracteriza por uma compreensão diferenciada do papel da violência política na resistência contra o colonialismo israelense. Desde sua virada eleitoral no início dos anos 2000, o Hamas também tem se envolvido em eleições como ferramenta de luta. Ambos os aspectos serão abordados nas seções seguintes.

O movimento está estruturado em quatro círculos eleitorais: Cisjordânia, Gaza, os prisioneiros nas prisões da ocupação e os campos de refugiados na diáspora. Cada círculo eleitoral é representado por uma Shoura — um órgão consultivo cujas identidades dos membros são mantidas em segredo — e cada Shoura elege um Politburo executivo de 15 membros. Todos os quatro Shouras precisam ser consultados antes que o movimento tome qualquer decisão importante. Os Shouras também elegem um Conselho Shoura nacional, um órgão com representantes dos quatro círculos eleitorais, que elege periodicamente um Politburo nacional.

Em seu livro “Hamas: da resistência ao governo” [4], Paola Caridi relata que a famosa resiliência organizacional do Hamas às implacáveis campanhas de prisões e assassinatos de Israel se deve, em grande parte, à contribuição de um homem: Musa Abu Marzouq. Nascido no campo de refugiados de Rafah em 1951, Abu Marzouq era presidente do Politburo nacional quando, em 1990, foi encarregado da tarefa de reconstruir a estrutura do movimento após uma onda massiva de prisões que colocou o recém-nascido Hamas de joelhos durante a Primeira Intifada. Desde então, a capacidade do Hamas de resistir à repressão parece se resumir a dois elementos: primeiro, uma forte ligação entre a liderança na Palestina e a liderança no exterior — originalmente baseada na Jordânia, Kuwait e Síria, mas agora amplamente localizada no Líbano e no Catar após a deterioração das relações entre o Hamas e o regime sírio durante a Primavera Árabe. A liderança no exterior poderia, portanto, administrar o movimento na Palestina durante períodos de dura repressão doméstica. Em segundo lugar, um forte foco no apoio popular do Hamas em Gaza — o reduto do movimento desde seu início — o que garantiu um fluxo contínuo de militantes e líderes.

## 1.2 O mito do Hamás como uma “criação” de Israel

Um mito comum sobre o Hamás é que o movimento é uma "criação" de Israel e que tem sido mantido pela ocupação para minar a resistência secular palestina. Essa narrativa se tornou popular em alguns grupos de esquerda, com algumas comparações sendo feitas com o apoio dos Estados Unidos aos Mujahideen no Afeganistão e o consequente "revide" após o desafio do Talibã ao poder dos EUA. Vejo essa narrativa como uma tentativa da esquerda de resolver uma certa dissonância cognitiva: "Eu apoio os palestinos, mas não o Hamás. Portanto, deve ser verdade que o Hamás não é um genuíno movimento de libertação palestina". Até onde sei, a narrativa do Hamás como uma criação de Israel é totalmente refutada na literatura acadêmica sobre o movimento. Todos os palestinos com quem conversei sobre essa questão, incluindo aqueles que não apoiam o Hamás, me disseram que acharam essa narrativa ridícula.

Assim como muitos equívocos, esse mito se baseia em fatos que foram mal interpretados. É verdade que, antes da fundação do Hamás, as organizações islâmicas eram toleradas e, muitas vezes, até favorecidas pela ocupação israelense, que lhes concedia licenças e fornecia fundos para a abertura de instituições de caridade sociorreligiosas e centros comunitários. A Mujamma al-Islami, uma instituição de caridade fundada em 1973 pelo braço palestino da Irmandade Muçulmana em Gaza e frequentemente descrita como a "precursora" do Hamás, estava entre esses centros. Até a década de 1980, as organizações islâmicas, incluindo aquelas ligadas à Irmandade Muçulmana, não tinham aspiração de se envolver na resistência contra a ocupação: em vez disso, estavam inteiramente preocupadas com a esfera sociorreligiosa. Seu objetivo era oferecer uma interpretação autoconsciente do islamismo como forma de curar o trauma da Nakba e da ocupação nas comunidades palestinas: recentralizar os valores islâmicos nas famílias, na esfera privada e na sociedade; para reconstruir a coesão e a estabilidade social com instituições que pudessem ajudar pessoas em situação de pobreza, oferecer cuidados de saúde e creches, e resolver disputas legais. A ocupação israelense respondeu a esse fenômeno com uma política de “não intervenção”, elaborada por Moshe Dayan: *“a intenção era atender aos desejos palestinos, permitindo-lhes a liberdade de usufruir de suas*

*instituições apolíticas, desde que essas instituições permanecessem consistentes com o domínio israelense e não representassem nenhuma ameaça a ele” [2] .*

Ao mesmo tempo, vários membros da Irmandade Muçulmana, que viam a Palestina apenas como uma causa religiosa, uma terra que faria parte de um futuro califado, opunham-se à participação de organizações islâmicas na resistência contra a ocupação, argumentando que a verdadeira libertação só poderia vir com a regeneração religiosa e moral dos palestinos, tanto nas esferas pessoal quanto social. As autoridades israelenses viam com bons olhos tais visões. Percebendo que os islamitas pareciam preocupados exclusivamente com programas de reforma social em vez de combater a ocupação, Israel apoiou algumas dessas organizações, na esperança de que elas minassem o apoio popular a forças de resistência como o Fatah e a FPLP.

No entanto, desde 1979, jovens membros da Irmandade Muçulmana na Palestina vinham impulsionando esforços para direcionar a organização para o caminho da resistência. Após a invasão israelense do Líbano em 1982, a discussão tornou-se instigante. Com os massacres de Sabra e Chatila, a expulsão da OLP de Beirute e a criação da Jihad Islâmica Palestina — um grupo de resistência islâmico inspirado no khomeinismo —, a pressão sobre a Irmandade Muçulmana aumentou:

*“Tendo superado as forças nacionalistas e de esquerda na sociedade palestina, os islamitas enfrentavam agora a crítica de que, enquanto outros faziam sacrifícios para resistir à ocupação, eles se restringiam a serviços sociais e educacionais. Seus detratores chegaram a acusá-los de intermediar um acordo com as autoridades de ocupação.” [2]*

Após extensas consultas e desacordos, particularmente do ramo jordaniano da Irmandade Muçulmana, em 1982 um grupo liderado por, entre outros, Sheikh Ahmed Yassin, Khaled Mishal, Musa Abu Marzouq e Abd Al Aziz Al-Rantisi começou a trabalhar em uma organização secreta que se tornaria o ramo 'operacional' da Irmandade Muçulmana na Palestina, com o objetivo explícito de resistir à ocupação. O Hamas — o Movimento de Resistência Islâmica — foi criado. A organização permaneceu em grande parte secreta — mesmo dentro da Irmandade Muçulmana — até seu anúncio público em 1987. Nesse período de atividades clandestinas, o

movimento começou a participar consistentemente e organizar atos de "resistência civil, incluindo boicotes e confrontos com soldados israelenses", como o protesto de junho de 1986, convocado pela facção islâmica na Universidade de Birzeit, que resultou em 22 vítimas, incluindo dois mortos [2] . O envolvimento do Hamas na resistência popular e seus esforços para estabelecer uma ala militar provocaram repressão imediata de Israel. Em 1984, muitos agentes do Hamas foram presos enquanto tentavam adquirir armas. O exército israelense também conseguiu prender Ahmed Yassin, suspeitando que ele fosse o mentor do novo movimento de resistência. Após o anúncio público do movimento durante a Primeira Intifada, milhares de militantes foram presos. Em 1989, após Ahmed Yassin ter sido preso novamente, carcereiros israelenses torturaram seu filho em uma cela adjacente por vários dias, eventualmente levando Yassin a confessar seu papel na fundação do Hamas [5] .

O Hamas nunca foi o "Talibã" de Israel. Os EUA financiaram e armaram os Mujahideen para que lutassem contra os soviéticos como um representante dos EUA. Israel, por outro lado, nunca apoiou o Hamas para combater ou minar a resistência palestina. Em vez disso, Israel tolerou e, por vezes, endossou instituições sociais islâmicas — que precederam o Hamas — na esperança de que essas organizações religiosas indígenas pressionassem a sociedade palestina a abandonar o caminho da resistência, que na época era empreendido por organizações seculares, em grande parte sediadas fora da Palestina. Assim que a "galáxia" islâmica na Palestina produziu o Hamas — isto é, um movimento de resistência totalmente dedicado à luta contra a ocupação — Israel o atacou com toda a força que pôde.

De fato, ao longo dos anos, o Hamas tornou-se predominante na política palestina, enquanto organizações seculares e de esquerda, como o Fatah e a FPLP, perderam grande parte de sua influência. Isso se deve a uma série de fatores, complexos demais para serem discutidos aqui, que incluem a queda da União Soviética, o colapso do Fatah com os acordos de Oslo e a corrupta Autoridade Palestina, e a crescente influência do Irã na região.

Na próxima seção, faço referência ao pragmatismo e dinamismo político do Hamas, tanto em seus objetivos quanto em suas estratégias e táticas. Considero isso mais uma evidência de que o Hamas é um movimento político que adota a estrutura das lutas de libertação nacional.

### 1.3 Debate interno, pragmatismo e os hudnas

O Hamás é conhecido por discussões internas acirradas sobre todos os assuntos, incluindo o papel da resistência armada, esforços diplomáticos, reconciliação com outras facções palestinas, participação em eleições, negociações com Israel e ataques a civis. Essas discussões levaram o movimento a tomar diferentes rumos ao longo dos anos, desde a aceitação de uma solução de dois Estados, nos moldes de 1967, com o Direito de Retorno dos refugiados palestinos, até a escalada da resistência armada que forçou Israel a evacuar seus assentamentos na Faixa de Gaza, as diversas propostas de tréguas de uma década com Israel (sempre rejeitadas pelo lado israelense), a decisão de 2005 de interromper os atentados suicidas e a reviravolta eleitoral no início dos anos 2000.

O movimento adota uma versão de “centralismo democrático”. As principais determinações são feitas por meio de um processo de “decisão coletiva” — isto é, após consulta completa com os quatro grupos constituintes. Para evitar o problema da comunicação irregular, um único grupo constituinte pode tomar determinações importantes que dizem respeito a todo o movimento, mas estas devem então ser adotadas pelos quatro grupos constituintes como um todo. Uma vez tomada uma deliberação, *“todos estão comprometidos a cumpri-la, independentemente de suas próprias posições”* [4].

Azzam Tamimi, autor de *“Hamás: uma história de dentro”* [2], relata em detalhes algumas das discussões internas do Hamás. Por exemplo, em dezembro de 1995, uma delegação do Hamás da Palestina se encontrou com um grupo de líderes dispora do Hamás em Cartum para discutir se o movimento deveria participar das eleições palestinas de 1996 e se o Hamás deveria abandonar a luta armada. Essa discussão ocorreu imediatamente após os acordos de Oslo assinados por Israel e pela OLP dominada pela Fatah. Como é bem conhecido, o Hamás rejeitou os acordos. O movimento estava enfrentando uma campanha israelense de assassinatos e prisões, enquanto a recém-criada Autoridade Palestina (AP), cuja responsabilidade sob o acordo era desarmar as facções armadas palestinas e reprimir a resistência contra Israel, reprimia aqueles que protestavam contra a contínua colonização israelense nos Territórios Ocupados. Em relação à reunião de Cartum, Tamimi descreve “discussões

acaloradas” que duraram 4 dias e 4 noites: *“Alguns dos delegados de dentro da Palestina tinham sido fortes defensores tanto da interrupção da atividade militar quanto da participação na eleição. Eles estavam convencidos de que o processo de paz traria uma solução para seus problemas existentes se tivesse uma chance, mas que o fim de toda a violência e a cooperação com a Autoridade Palestina eram necessários [...] Os oponentes da participação argumentaram na época que, de acordo com os Acordos de Oslo, os israelenses mantinham a palavra final sobre o que se enquadrava na competência do PLC (Conselho Legislativo Palestino, o parlamento da AP)”*. [2]

Durante o debate, vários delegados que haviam defendido a participação nas eleições e o fim da luta armada mudaram de posição, e os participantes concordaram *“não unanimemente, mas com uma maioria confortável”* contra a participação nas eleições de 1996 e que *“a decisão de intensificar, moderar ou qualificar o nível de resistência deveria permanecer prerrogativa do movimento, que avaliaria a situação e tomaria as medidas apropriadas”*.

No final da votação, conclui Tamimi, *“todos aceitaram que a reunião foi conduzida de forma totalmente democrática”*.

Ao longo dos anos, a liderança do Hamás demonstrou um alto nível de pragmatismo político e capacidade de se adaptar às circunstâncias para atingir seus objetivos. Sua disposição para negociar com Israel em uma variedade de questões demonstra esse pragmatismo. Embora estejamos acostumados a ouvir comentaristas de notícias afirmarem que a *“recusa do Hamás em reconhecer o direito de Israel existir”* sabota todas as tentativas de chegar a uma solução para o conflito, é Israel quem, de fato, se recusou repetidamente a reconhecer o Hamás como interlocutor. Israel também se envolve em campanhas de assassinato que visam líderes do Hamás com o claro propósito de sabotar propostas de cessar-fogo entre o Hamás e Israel, e acordos de reconciliação nacional entre o Hamás e seu rival secular, o Fatah.

Por exemplo, Ahmed Al-Ja'bari, comandante das brigadas Qassam (braço militar do Hamás), foi morto em 14 de novembro de 2012: até então, Al-Ja'bari desempenhava um papel crucial nas negociações para um acordo de trégua de 15 anos com Israel e o levantamento do cerco israelense a Gaza. Isso foi revelado por Gershon Baskin, um acadêmico israelense que atuava como intermediário entre israelenses e o

Hamas. Após o assassinato de Al-Ja'bari, Baskin escreveu um artigo no New York Times intitulado “O assassinato míope de Israel” , que afirmava: “O Sr. Jabari não estava apenas interessado num cessar-fogo a longo prazo; ele era também a pessoa responsável por fazer cumprir os acordos de cessar-fogo anteriores negociados pelos egípcios. O Sr. Jabari só fez cumprir esses cessar-fogo depois de confirmar que Israel estava preparado para parar os seus ataques a Gaza. Na manhã em que foi morto, o Sr. Jabari recebeu um projeto de proposta para um cessar-fogo alargado com Israel, incluindo mecanismos que verificariam as intenções e garantiriam o cumprimento. Este projeto foi acordado por mim e pelo vice-ministro dos Negócios Estrangeiros do Hamas, o Sr. Hamad, quando nos encontramos na semana passada no Egito.” [6]

Esta foi apenas uma das múltiplas ocasiões em que o Hamas expressou sua disposição de alcançar uma hudna , uma trégua com Israel. A hudna é reconhecida na jurisprudência islâmica como um acordo legítimo para a cessação das hostilidades por um período de tempo acordado. Como um conceito religioso-legal que encontra suas origens na vida do próprio Profeta Muhammad, o respeito aos termos de uma hudna é considerado um dever religioso muito sério para todos os muçulmanos. Os líderes do Hamas consideraram todo o espectro de possibilidades sancionadas pela hudna: em sua forma mais limitada, uma hudna poderia significar um compromisso de ambos os lados para poupar civis. Em sua forma mais abrangente, significaria um fim completo às hostilidades por um período de décadas. Tamimi relata que, na visão do Hamas, o conceito de uma hudna de longo prazo poderia estar na base de uma resolução permanente para o conflito:

*“Outro cenário predominante no pensamento de alguns intelectuais do Hamas é que a situação mundial mudará tanto que Israel, como entidade sionista, pode não desejar, ou não ter a capacidade, de continuar a existir. Em princípio, não há razão para que muçulmanos, cristãos e judeus não possam viver juntos na região no futuro, como viveram juntos antes por muitos séculos. [...] O cenário pós-Israel, que se tornou um tema de debate dentro do Hamas, prevê uma Palestina, ou um Oriente Médio unido mais amplo, com uma população judaica, mas sem sionismo político. Esta é uma visão inspirada no modelo sul-africano de reconciliação que pôs fim ao apartheid, mas permitiu que todas as comunidades do país continuassem a viver*

*juntas. No pensamento do Hamas, o sionismo é geralmente equiparado ao apartheid, e sua remoção é vista como o caminho a seguir se muçulmanos, cristãos e judeus quiserem coexistir em paz na região. Seria impossível que tal cenário se traduzisse em realidade sem uma hudna de longo prazo, que, durante toda a vida de uma geração, ofereceria comunidades e povos da região a oportunidade de restaurar a normalidade nas suas vidas". [2]*

Esta perspectiva é representativa da opinião de altos funcionários do Hamas. Em 2006, o xeque Mohammed Abu Teir, o segundo candidato do Hamas nas eleições, disse a um jornalista libanês que Israel e um Estado palestino poderiam coexistir "pelo menos por uma ou duas gerações" [5]. Dez anos antes, o xeque Ahmed Yassin havia dito ao mesmo jornalista que o Hamas estava pronto para negociar uma hudna de longo prazo como solução intermediária para o conflito.

Essa hudna de longo prazo implicaria a retirada completa das tropas e colonos israelenses dos territórios de 1967 e o estabelecimento de um Estado palestino (temporário) dentro dessas fronteiras. O Hamas há muito tempo está disposto a aceitar essa solução provisória porque, ao contrário do que ocorreu com os acordos de Oslo, a questão do reconhecimento de Israel não se colocaria:

*“O Hamas não pode, por princípio, aceitar que as terras tomadas por Israel dos palestinos tenham se tornado propriedade de Israel. O Hamas não tem autoridade para renunciar ao direito dos palestinos de retornar às terras e aos lares dos quais foram expulsos em 1948 ou em qualquer momento posterior. Pode, no entanto, afirmar que, nas atuais circunstâncias, o melhor que pode fazer é recuperar parte das terras perdidas e garantir a libertação dos prisioneiros, em troca do fim das hostilidades. [2]*

O Hamas nunca deixou de reiterar seu compromisso com a libertação total da Palestina, do rio Jordão ao mar Mediterrâneo. No entanto, manteve certo nível de ambiguidade em relação à chamada "Solução de Dois Estados", tanto em declarações quanto em ações. O que está por trás dessa ambiguidade parece ser uma visão de longo prazo para a libertação, que passa por um estágio intermediário em que os palestinos,

contando com o amplo apoio internacional para uma solução de dois Estados, obtêm um Estado totalmente independente e contíguo nas fronteiras de 1967, enquanto se recusam a reconhecer a legitimidade da ocupação sionista das terras de 1948. Os estrategistas políticos do Hamás provavelmente consideram o fato de que, dado o atual contexto internacional e a forte assimetria militar no conflito, uma libertação parcial da Palestina pode ser a única vitória realista a médio prazo. Após a conquista de um Estado na Cisjordânia e em Gaza, os palestinos poderiam então continuar a luta pela libertação total, contando com as ferramentas avançadas disponíveis aos Estados. Afinal, o estabelecimento de um Estado palestino ao lado de Israel, sem dúvida, jamais seria capaz de resolver algumas das questões mais urgentes criadas pelo sionismo, notadamente o Direito de Retorno, a exploração econômica e a reivindicação de recursos naturais, como bacias hidrográficas. Nesta segunda fase da luta, os palestinos também poderiam contar com o tempo para jogar contra o sionismo: as mudanças demográficas em Israel e uma arena internacional em transformação, na qual o imperialismo ocidental é cada vez mais desafiado, poderiam, a longo prazo, tornar inevitável o fim do projeto sionista, idealmente com muito pouco derramamento de sangue.

É claro que este é provavelmente apenas um dos caminhos que os líderes do Hamás estão considerando. Mas, como mostrado na Seção 1.5, esse modelo de luta está, de certa forma, inscrito no documento mais importante do movimento, a saber, a nova Carta de 2017.

Voltemos às tentativas do Hamás de alcançar uma hudna de longo prazo. As primeiras tentativas desse tipo datam do início da década de 1990. Em fevereiro de 1994, Musa Abu Marzuq, então chefe do Politburo do Hamás, fez referência a uma hudna com Israel em um artigo publicado no semanário jordaniano Al-Sabeel [2]. Em abril do mesmo ano, o xeque Ahmed Yassin, um dos membros fundadores do Hamás e guia espiritual do movimento, foi visitado em sua cela por oficiais da inteligência israelense que esperavam fazê-lo denunciar publicamente os atentados suicidas realizados pelas brigadas Qassam. As "operações de martírio" começaram em resposta ao massacre da Mesquita Ibrahimi em 25 de fevereiro de 1994, no qual o colono americano-israelense Baruch Goldstein abriu fogo contra uma multidão de palestinos enquanto rezavam na mesquita de Hebroni, matando 29 e ferindo 125. Atentados

suicidas nunca haviam sido usados por um grupo sunita como o Hamas antes, embora tenham sido empregados na década de 1980 pelos iranianos durante a guerra com o Iraque e grupos xiitas libaneses contra tropas ocidentais e israelenses. Na Palestina, eles se tornaram a ferramenta mais mortal e chocante de retaliação e dissuasão no arsenal das brigadas Qassam, que os executaram geralmente em resposta à violência contra civis ou ao assassinato seletivo de líderes do Hamas.

O xeque Yassin não condenou as operações de martírio, mas propôs aos seus visitantes israelitas iniciar negociações para uma hudna [2] . No seu livro, Caridi relata que três anos mais tarde, em Setembro de 1997, o rei Hussein da Jordânia relatou pessoalmente aos altos funcionários israelitas que o Hamas estava pronto a oferecer uma trégua de trinta anos. *“Mas Israel não estava interessado em tréguas”* [4] , conclui Caridi. *“Não há provas que sugiram que os israelitas alguma vez tenham levado a sério a oferta de hudna”* [2] ecoa Tamimi.

O Hamas também declarou tréguas unilaterais mais curtas — como uma hudna de 50 dias em Julho de 2003 [4] . A recusa de Israel em retribuir estas tréguas unilaterais levou, sem dúvida, muitos no movimento a perderem a fé na sua utilidade.

O Hamas é frequentemente retratado como um grupo fundamentalista e dogmático, motivado apenas por ódio e fanatismo religioso. Na realidade, desde a sua criação, o grupo tem se caracterizado por um pragmatismo político impressionante na busca pelos direitos nacionais palestinos. Em seu livro, Caridi relata uma entrevista de 2007 com Mahmoud A-Zahhar, então ministro das Relações Exteriores do governo do Hamas em Gaza. A-Zahhar relembra quando, em março de 1988, enquanto estava em uma prisão israelense, foi forçado a se encontrar com Shimon Peres — então ministro das Relações Exteriores de Israel. Peres perguntou a A-Zahhar como "resolver" a Intifada, que já durava quatro meses. A-Zahhar ofereceu a Peres uma proposta que consistia em três pontos:

*“Declarem que vocês, israelenses, estão prontos para se retirar da Cisjordânia e de Gaza; [em segundo lugar] coloquem o Território sob o controle de uma autoridade neutra, a fim de minimizar nosso sofrimento e pôr fim à ocupação. Em terceiro lugar, os palestinos teriam que escolher um representante por meio de uma eleição [...] para continuar as negociações com os israelenses. Nós, do Hamas, eu*

*disse a ele, não estamos prontos para negociar de forma independente, porque o que estamos discutindo diz respeito ao interesse nacional". [4]*

A-Zahhar relata que Peres expressou disposição imediata para discutir a retirada israelense da Cisjordânia e de Gaza, mas acrescentou que as discussões sobre Jerusalém Oriental teriam que esperar. *"E eu disse a ele que seria muito difícil encontrar alguém entre os palestinos que aceitasse esse [acordo] — Jerusalém deveria ser a primeira"* . Em uma crítica mal disfarçada ao Fatah, A-Zahhar conclui: *"Cometi um erro na época, porque os israelenses encontraram alguém que não só estava disposto a adiar as discussões sobre Jerusalém, mas também alguém que estava preparado para abandoná-la para sempre"*.

O Hamas também navega na diplomacia com o pragmatismo típico dos movimentos anticoloniais — que, como sabemos, estão condenados a lutar em conflitos terrivelmente antissimétricos, onde até mesmo uma pequena mudança positiva na arena internacional pode ser extremamente significativa. Por exemplo, em junho de 2009, Obama fez um discurso na Universidade do Cairo no qual reconheceu que o Hamas poderia ter *"um papel a desempenhar no cumprimento das inspirações palestinas [...]"*. Após anos de completo isolamento do Ocidente e da firme retórica islamofóbica da era Bush, a liderança do Hamas sentiu a oportunidade e acolheu publicamente a *"mudança no tom e na retórica americanos em relação à região e ao mundo islâmico"* . A declaração, proferida pelo líder sênior Khaled Meshal duas semanas após o discurso de Obama, também alertou: *"Avaliamos qualquer mudança de forma objetiva. [...] O efeito da retórica é temporário. Estamos buscando mudanças nas políticas no terreno"* [4] .

Nos meses seguintes, o Hamas tentou abrir um canal direto de comunicação com o novo governo dos EUA em diversas ocasiões, com muito pouca resposta do lado americano, provando mais uma vez que uma mudança de presidente não significa uma mudança de política.

Mesmo no setor social do Hamás, o trabalho ideológico é acompanhado de um pragmatismo muito necessário. Em seu livro sobre o Hamás e a sociedade civil [3], Sara Roy relata sua visita a um centro comunitário islâmico em Gaza, onde o presidente do conselho do centro, *"um conhecido funcionário do Hamás"*, perguntou-lhe se ela tinha algum contato com a USAID, demonstrando abertamente interesse em solicitar uma bolsa da agência de ajuda do governo dos EUA. O livro de Roy continua mostrando que este não foi um caso isolado entre as instituições afiliadas ao Hamás em Gaza, o que não é uma surpresa se lermos sobre o quanto um setor social que funcione bem é uma prioridade para o movimento.

Claramente, o Hamás não atua como um grupo militante fundamentalista cujo propósito é "destruir a civilização ocidental". Na verdade, ele está em competição direta com organizações palestinas salafistas, como a Jaljalat e a Jund Ansar Allah, e frequentemente entrou em confronto militar com elas.

O livro de Caridi relata que altos líderes do Hamás expressaram, em particular, preocupação com a radicalização de quadros mais jovens em relação ao salafismo, o que eles explicam como resultado da ocupação que transformou os hábitos da sociedade (em Gaza) e da repressão da Autoridade Palestina (na Cisjordânia), bem como do fato de que viver na clandestinidade significava que militantes da geração "média" eram *"forçados [...] à solidão e impedidos [...] de construir relacionamentos sociais. Eles eram deixados sozinhos com um computador e com as informações radicais que passavam à sua frente, sem qualquer mediação"*. [4]

A geração "média" refere-se aos militantes nascidos na década de 1990, que viveram a extrema violência israelense da segunda Intifada e a desilusão com a política eleitoral, que veio depois que o Hamás conquistou a maioria dos votos nas eleições nacionais de 2006. O desejo do movimento por reconhecimento — como um representante legítimo dos palestinos, como parte da OLP e pela comunidade internacional — foi imediatamente destruído, com uma tentativa de golpe e uma campanha liderada pelos EUA e Israel de isolamento e bloqueio econômico nos Territórios Palestinos Ocupados. No contexto da "guerra global contra o terror", os EUA e Israel deixaram claro que, não importa o que o Hamás fizesse, ele nunca poderia ser um interlocutor. Isso significou extrema desilusão para os quadros da "geração média", muitos dos quais se voltaram para a luta armada como a única

maneira de alcançar a libertação. “*Os rapazes preferem entrar para as Brigadas Qassam em vez de se envolverem na política*”, confidenciou um jovem deputado do Hamás a Caridi em 2010 [4].

## **1.4 Resistência não violenta, resistência armada e linhas vermelhas**

*“A estratégia do Hamás é sustentada por quatro princípios:*

*1. Nossa pátria foi usurpada em sua totalidade, mas não podemos ceder um centímetro dela*

*2. Há um desequilíbrio óbvio de poder em favor do inimigo sionista.*

*3. Não possuímos os armamentos que nosso inimigo possui, mas temos uma fé que gera uma vontade que não reconhece derrota ou recuo antes que nossos objetivos sejam alcançados. Esta é uma fé que exige sacrifício em prol da religião e da pátria.*

*4. A Umma árabe e islâmica é fraca, frágil e dividida e, portanto, incapaz de apoiar o povo palestino. A comunidade internacional é hostil às esperanças e aspirações do povo palestino e apoia o terrorismo sionista.*

*A estratégia do Hamás tem, portanto, dois objetivos paralelos:*

*— para resistir à ocupação e confrontar a agressão sionista,*

*— manter a unidade do povo palestino e proteger os palestinos de conflitos internos que dificultam a resistência à ocupação”*

— Abd al-Aziz al-Rantisi, líder político do Hamás em Gaza, 10 dias antes de ser assassinado por um ataque aéreo israelense em abril de 2004

Como um movimento anticolonial, o Hamás escolhe ferramentas políticas, desde mobilizações não violentas em massa, à pressão diplomática, até operações militares, com base na sua compreensão das condições materiais, e após um acérrimo debate interno e a adoção de uma linha partidária. Quando em 2018 os palestinos de Gaza se envolveram em protestos não violentos em massa conhecidos como “A Marcha do Retorno”, o Hamás apoiou (e, de acordo com alguns, tentou cooptar) o movimento de base. O Hamás tentou usar este momento para reforçar a sua imagem como um movimento de resistência não violenta. Durante os protestos, Ismail

Haniyeh, então líder do Hamas em Gaza, realizou um discurso num comício sob as imagens de Ghandi, Martin Luther King e Mandela, defendendo *“uma estratégia híbrida que combina a resistência não violenta e legal dos manifestantes com uma resistência armada que permanece separada”* [4] .

A história do Hamas é marcada por episódios importantes de resistência pacífica/não armada. Em 1993, por exemplo, o governo israelense capturou 415 palestinos que mantinha presos em suas prisões e os "libertou" sob a mira de armas na faixa de terra de ninguém entre Israel e o Líbano, tentando forçá-los ao exílio. O grupo de prisioneiros consistia principalmente, mas não exclusivamente, de líderes não militares do Hamas. Os exilados, muitos dos quais eram médicos e engenheiros, imediatamente começaram a se organizar: recusaram-se a entrar em território libanês, montando acampamento em terra de ninguém e garantindo o atendimento das necessidades básicas. Atribuíram funções administrativas com base na competência individual e organizaram um centro de imprensa, com porta-vozes em contato com a imprensa internacional. O movimento apelou a instituições internacionais e agências de ajuda humanitária e, após um ano de mobilizações e intensa pressão diplomática, Israel foi forçado a reverter sua decisão e iniciar a repatriação dos deportados.

O pragmatismo do Hamas é acompanhado de rigidez em relação a questões como a legitimidade da luta armada, a recusa em reconhecer a legitimidade de Israel e o Direito de Retorno dos refugiados palestinos — uma questão crucial para todos os palestinos e particularmente central para um movimento cujos seis dos sete membros fundadores eram refugiados da Nakba. Essa combinação de pragmatismo e rigidez de princípios gerou algumas contradições interessantes. O Hamas se recusa a criticar ou condenar publicamente as operações de resistência armada, mesmo que a liderança não as aprove ou que sejam consideradas contraproducentes. Por exemplo, em junho de 2014, três adolescentes israelenses de assentamentos ilegais na área de Hebron foram sequestrados, supostamente por membros do Qawasameh, um clã influente dentro do Hamas em Hebron, conhecido por tentar minar as tentativas de chegar a acordos de trégua com Israel. O líder sênior do Hamas, Khaled Meshal, "parabenizou" a "operação", mas o sequestro, que ocorreu sem o conhecimento e a aprovação da liderança, foi desastroso para o Hamas. O assassinato dos três prisioneiros israelenses ofereceu ao governo israelense a desculpa perfeita para iniciar o ataque mais brutal a

Gaza até então, com o objetivo claro de destruir uma das tentativas mais promissoras de reconciliação nacional entre o Hamás e o Fatah. Mais de 2.000 palestinos foram assassinados no ataque israelense.

Em outras ocasiões, são as alas política e militar que discordam sobre a adequação da resistência armada. As brigadas Qassam, a ala militar do Hamás, sempre atuaram com alto nível de autonomia e se tornaram cada vez mais influentes ao longo dos anos, à medida que Israel continua a destruir qualquer perspectiva de resistência pacífica que possa prejudicar seu projeto colonial e se recusa a reconhecer até mesmo a possibilidade de sentar-se com o Hamás à mesa de negociações. Um episódio interessante de desacordo entre as alas política e militar do Hamás é representado pelo sequestro de Gilad Shalit, um soldado israelense feito prisioneiro pelas brigadas Qassam em 2006. A ala política do movimento desaprovou a operação (mas nunca publicamente), pois o sequestro de Shalit e o assassinato de dois soldados israelenses colocaram em risco as tentativas do Hamás de formar um governo de unidade nacional com o Fatah. A resposta de Marwan Isa, comandante das brigadas Qassam, em entrevista à Al-Jazeera: *“Estava claro que o inimigo (Israel), naquelas circunstâncias políticas (as negociações Hamás-Fatah), estava pressionando o terreno e se aproximando dos combatentes da resistência. Portanto, tomamos a decisão de contra-atacar e conduzir a operação, independentemente do preço a pagar”* [4].

Por fim, em 2011, o Hamás obteve a libertação de 1.027 prisioneiros palestinos — entre eles, militantes filiados a todas as facções da resistência — em troca da libertação de Shalit.

## 1.5 O Islão, a(s) Carta(s) e o anti-semitismo

*Não, não lutamos contra os judeus porque eles são judeus. Lutamos contra eles porque roubaram nossas terras e deslocaram nosso povo; eles realizaram uma agressão. Resistimos a este projeto sionista, que é hostil. [...] Se um muçulmano me atacasse e roubasse minhas terras, tenho todo o direito de revidar. Isso se aplica a todos os outros, independentemente de raça, identidade ou religião. Esta é a nossa filosofia.*

— Khaled Meshal, presidente do Politburo do Hamas até 2017 [2]

*Quero proclamar em alto e bom som ao mundo que não estamos lutando contra os judeus porque eles são judeus! Estamos lutando contra eles porque nos atacaram, nos mataram, tomaram nossas terras e nossas casas; atacaram nossas crianças e nossas mulheres; nos dispersaram. Tudo o que queremos são nossos direitos. Não queremos mais do que isso.*

—Sheikh Ahmad Yassin, membro fundador do Hamas, assassinado por um ataque aéreo israelita em 2004, juntamente com dois guarda-costas e nove transeuntes [2]

Desde a sua fundação, o Hamas autodenominou-se um movimento islâmico de libertação nacional, cujo objetivo é “libertar a Palestina e confrontar o projeto sionista” [7] . O Hamas não apela a uma guerra religiosa contra Israel, “o Ocidente”, “os infiéis” ou qualquer grupo religioso ou étnico. De facto, ao contrário de outros movimentos de resistência armada palestinos, o Hamas nunca conduziu operações militares fora da Palestina Histórica. O Hamas afirma defender os direitos nacionais de todos os palestinos, incluindo os direitos dos palestinos cristãos, e tem apelado repetidamente à unidade nacional dos palestinos de todas as religiões. Em eleições nacionais e regionais, o Hamas apresentou candidatos de fé cristã e condenou explicitamente as invasões israelitas e a dessacralização de terrenos sagrados cristãos, como a Igreja do Santo Sepulcro, e a atual destruição do patrimônio cristão em Gaza. Quando o Hamas negocia com Israel, por exemplo para a libertação de prisioneiros, não conheço episódios que sugeram que conduza tais negociações para favorecer os palestinos de fé muçulmana em detrimento de quaisquer outros. É claro que não tenho experiência para afirmar que o Hamas não discrimina de forma alguma os não muçulmanos, mas a aceitação explícita e pública pelo Hamas dos princípios de tolerância religiosa presentes no Alcorão e, ainda mais importante, suas ações em nome dos palestinos de todas as religiões e o fato de que não tem como alvo o povo judeu fora de Israel, não podem ser comparados honestamente às ações e à retórica de grupos como a Al-Qaeda ou o ISIS.

A Carta do Hamas de 1988 [8] contém passagens que definem a causa da libertação palestina como uma causa para cada muçulmano, e que definem a Palestina como um Waqf islâmico, *"uma terra islâmica confiada às gerações muçulmanas até o Dia do Juízo Final"*. Assim, "ninguém pode renunciar a tudo, ou mesmo parte dela". A Carta também é infame por seu chamado para "lutar contra os judeus" e por sua referência aos Protocolos dos Sábios de Sião. O livro de Tamimi faz uma crítica teológico-filosófica e política detalhada e contextualizada da Carta e sua linguagem antissemita. Vou apenas apontar alguns fatos importantes: o texto da Carta do Hamas de 1988 foi provavelmente escrito por um único homem, Abdel Fattah al-Dukhan, um dos líderes da geração mais velha da Irmandade Muçulmana em Gaza, sem ampla consulta do movimento, em um período de violência israelense extremamente brutal contra civis e combatentes, o que quase impediu o recém-formado grupo de resistência de operar. Desde então, ao longo dos anos, vários líderes do Hamas deixaram claro que a Carta de 1988 é um documento situado em um momento específico e que não orienta as ações e intenções do movimento.

A nova carta do Hamas de 2017 [7], que é o resultado de 4 anos de consultas e amplo consenso dentro da organização, é o documento que posiciona mais claramente o Hamas como um movimento de libertação nacional: Ao contrário do tom litúrgico usado na carta de 1988, há menos referências ao Islã, destacando principalmente sua importância para determinar os métodos e princípios do Hamas e sublinhando o papel da religião na história e cultura palestinas. Os documentos de 2017 adotam explicitamente a linguagem dos movimentos de libertação nacional, usando palavras como "colonial" e "colonialismo" (4 vezes), "ocupação" (10 vezes), "assentamentos" (5), "direitos" (19), "racista" (2), "nacional" (14), "autodeterminação" (3) [4].

Os artigos 16 e 17 tratam da questão do antisionismo e do antissemitismo afirmando que "o antissemitismo e a perseguição aos judeus são fenômenos fundamentalmente ligados à história europeia e não à história dos árabes e muçulmanos ou à sua herança". O Hamas, afirmam os artigos, está em conflito com "o projeto sionista", que é visto como "a forma mais perigosa de ocupação de assentamentos que já desapareceu de grande parte do mundo e deve desaparecer da Palestina. [...] São os sionistas que constantemente identificam o judaísmo e os judeus

*com seu próprio projeto colonial e entidade ilegal”. O documento continua: “[O Hamas] não trava uma luta contra os judeus porque eles são judeus” e “rejeita a perseguição de qualquer ser humano ou o enfraquecimento de seus direitos por motivos nacionalistas, religiosos ou sectários”.*

Enquanto o Artigo 25 renova a centralidade da luta armada para o movimento, os Artigos 2, 18, 19 e 20 reafirmam claramente a aspiração do movimento de libertar toda a Palestina e, portanto, a impossibilidade de reconhecer a legitimidade de Israel. Sem contradizer seus princípios, o Artigo 20 também inscreve o realismo político do movimento:

*O Hamas rejeita qualquer alternativa à libertação plena e completa da Palestina, do rio ao mar. No entanto, sem comprometer sua rejeição à entidade sionista e sem abrir mão de quaisquer direitos palestinos, o Hamas considera o estabelecimento de um Estado palestino totalmente soberano e independente, com Jerusalém como capital, nos moldes do 4 de junho de 1967, com o retorno dos refugiados e deslocados às suas casas de onde foram expulsos, como uma fórmula de consenso nacional.*

Ao apresentar publicamente a carta, o líder do Hamas, Khaled Meshal, declarou: “[nosso] documento [...] apresenta um modelo equilibrado, criativo e autêntico: como resistir, como aderir aos direitos do povo e aos ideais nacionalistas; não busca compromissos e não brinca com princípios; ao mesmo tempo, mantém uma visão aberta, no contexto regional e internacional. Conhece as leis do conflito e como administrá-lo, quando avançar e quando recuar.” [4]

## 1.6 Hamas o partido

*“Todos aqueles que ainda nos veem como um grupo armado, e nada mais, não têm a mínima ideia de como o Hamas realmente é... Vocês se concentram na resistência, nos meios, em vez do objetivo — que é um Estado baseado na democracia, no pluralismo e na cooperação. Um Estado que protege os direitos e a*

*liberdade, onde as diferenças são enfrentadas por meio de palavras, não de armas. O Hamas é muito mais do que suas operações militares.” [9]*

— Yahya Sinwar, líder do Hamas em Gaza, durante uma entrevista a um jornalista italiano em 2018.

A aceitação dos princípios da democracia representativa pelo Hamas tem uma longa história. Em 1990, o Hamas recusou uma oferta para ingressar na OLP porque o Conselho Nacional Palestino, o parlamento da OLP destinado a representar os palestinos na Palestina e no exterior, não escolhia seus membros por meio de eleições, mas sim por nomeação direta da liderança da OLP [2] .

O Hamas participou das eleições pela primeira vez em 2004 e, principalmente, das eleições nacionais de 2006, onde realizou uma campanha baseada na plataforma "Taghayyr wa al-Islah" (Mudança e Reforma). A plataforma utilizou uma linguagem próxima à típica da democracia ocidental, defendendo a "construção de uma sociedade civil palestina avançada, baseada no pluralismo político e na alternância de poder".

*“[Ele] pedia uma separação dos poderes judiciário, executivo e legislativo no molde da Europa Ocidental. Mais importante ainda, na seção intitulada “Liberdades Públicas e Direitos dos Cidadãos”, o manifesto falava de cidadãos “iguais perante a lei” e de “cidadãos iguais em direitos e deveres” para os quais “segurança e proteção para sua vida e propriedades” deveriam ser fornecidas. Em relação ao público em geral, portanto, uma política de “oportunidades iguais” deveria ser adotada, “reforçando a cultura do diálogo e o respeito por todas as opiniões que não contradigam a fé do povo ou sua herança civilizacional”. Dentro do corpo geral da cidadania, era necessário “garantir os direitos das mulheres e realizar as estruturas legislativas para apoiá-las e se esforçar para permitir que as mulheres contribuam para o desenvolvimento social, econômico e político”, bem como “[destacar] o papel das mulheres na construção da sociedade”, embora dentro de uma estrutura islâmica” [4] .*

O manifesto eleitoral do Hamas mostrou claramente a identidade islâmica conservadora do movimento, por exemplo, ao pedir que o islamismo seja a base da

educação, com base no fato de que ele “dignifica o ser humano ao estabelecer um equilíbrio entre os direitos individuais e os direitos da comunidade”, e ao propor “proteger as mulheres com educação islâmica”.

Ainda assim, analistas como Jeroen Gunning argumentaram que “a maior parte do manifesto eleitoral do Hamas se assemelha ao de qualquer partido político 'laico'. Seu foco em habitação, saúde, política agrícola, melhoria da educação e pesquisa científica, aumento da eficiência governamental e controle das agências de segurança não é ostensivamente influenciado pela religião”. [10]

Como mencionado anteriormente, após a vitória eleitoral do Hamas, a Palestina viu uma campanha de isolamento e sanções internacionais liderada pelos EUA e Israel, uma tentativa de golpe e, essencialmente, uma guerra civil entre as brigadas Qassam e as forças de segurança da AP. Por questões de espaço, posso apenas remeter o leitor aos recursos mencionados até agora para se aprofundar na complexa história desse período. Para nós, o que é importante lembrar é que, após um golpe de Estado das brigadas Qassam em 2007, o Hamas assumiu o controle da Faixa de Gaza e a governa desde então. Tentativas subsequentes de chegar a um acordo sobre novas eleições na Cisjordânia e em Gaza fracassaram.

A narrativa que ouvi entre esquerdistas é a do Hamas como uma força de regime que os palestinos de Gaza aprenderam a odiar tanto quanto a ocupação israelense. Com base nos recursos que mencionei até agora, e especialmente com base no que ouvi de acadêmicos e camaradas palestinos, o quadro real parece ser, sem surpresa, mais complexo do que muitos esquerdistas gostariam de pensar. Entre os palestinos, que conhecem muito bem a brutalidade do regime militar israelense e a corrupção e opressão da Autoridade Palestina, muitos reconhecem que o Hamas conseguiu administrar de forma bastante justa e eficiente um território, a Faixa de Gaza, que vem sofrendo um dos cercos mais violentos e desumanos da história recente. Sem liberdade de movimento, basicamente sem importação dos bens e tecnologias mais básicos necessários para os serviços públicos, sem possibilidade de construir e renovar regularmente infraestruturas vitais.

*“E, no entanto, a vida cotidiana em Gaza, fechada como uma prisão, de alguma forma funcionava. O lixo era recolhido. Os ministérios funcionavam, e havia*

*internet disponível para uso público. As leis de trânsito eram respeitadas, e penalidades e multas eram aplicadas. Incrivelmente, o chamado mercado negro dos túneis [que conectam Gaza ao Egito] era até mesmo devidamente tributado.” [4]*

Os palestinos na Faixa de Gaza também protestaram veementemente contra algumas das leis e impostos do Hamás, a piora das condições de vida — pelas quais eles responsabilizaram tanto o Hamás quanto a AP — a repressão à dissidência e o que eles veem como manobras políticas facciosas do Hamás e do Fatah.

Mas é uma descaracterização equivocada descrever os protestos contra o governo do Hamás como um simples sinal de que os palestinos em Gaza viam o Hamás como um obstáculo à sua libertação e que queriam abertamente o fim do movimento. Os palestinos estão bem cientes de que a matriz de sua opressão é a colonização israelense e avaliam seus líderes políticos com base no nível de sacrifício, honestidade e competência com que confrontam o colonialismo israelense e buscam os interesses nacionais. Como um exemplo interessante dessa dinâmica, uma camarada palestina me contou sobre a ocasião em que conversou com um dirigente sindical de Gaza, filiado à FPLP. Ele lhe disse que, apesar das restrições (na verdade, proibição) do Hamás aos sindicatos na Faixa de Gaza, ele jamais tentaria minar o movimento, dado o papel ativo deles no enfrentamento à ocupação. Em vez disso, ele conseguiu contornar as restrições do Hamás criando um sindicato oficialmente como uma organização da sociedade civil. Outro exemplo vem dos protestos nacionais de março de 2011. No auge da Primavera Árabe, enquanto povos de todo o mundo árabe se revoltavam pela queda de seus regimes, os palestinos protestavam pelo fim das divisões entre facções e pela formação de um governo de unidade nacional pelo Hamás e pelo Fatah que pudesse resistir à colonização israelense. O famoso slogan das Primaveras Árabes, *as-shab yurid isqat an-nizam* ("o povo quer a queda do regime"), era entoado nas ruas palestinas como *as-shab yurid intaha'a al-iqtisam* ("o povo quer o fim da divisão").

Para entender melhor a dissidência contra o Hamás, é crucial entender as razões por trás de seu apoio popular. Muitos palestinos reconheceram a liderança do movimento como íntegra, intransigente em seu apoio à resistência armada e próxima do povo. Ou seja, diametralmente oposta à corrupção e ao elitismo da AP, que também

é amplamente desprezada por atuar como vigilante colonial de Israel nos territórios de 1967. É importante lembrar que muitos líderes do Hamas vivem nos mesmos campos de refugiados superlotados que qualquer outro palestino de Gaza, e eles e suas famílias também são assassinados por ataques aéreos israelenses. Por exemplo, Ismail Haniyeh, ex-líder do Hamas em Gaza e agora chefe do Politburo nacional, viveu por anos em sua casa no campo de refugiados de Al-Shati, onde nasceu, mesmo sendo primeiro-ministro do governo do Hamas, arriscando-se a tentativas de assassinato israelenses. Mesmo agora que ele, como o mais alto líder político do Hamas, vive no Catar, ele paga as consequências dos crimes israelenses. Em 15 de abril deste ano, um ataque aéreo israelense em Gaza matou três de seus filhos e vários netos enquanto eles viajavam de carro para visitar parentes. No final de junho de 2024, a irmã de Haniyeh e outros nove palestinos também foram vítimas de um assassinato israelense.

A oposição ao Hamas advém não apenas da insatisfação com a conduta do governo em Gaza, mas também da erosão da honestidade percebida pelo movimento, da proximidade com o povo e da disposição de colocar o interesse nacional acima da política faccional. Por outro lado, no passado, o Hamas também reagiu à pressão popular, por exemplo, retirando propostas de legislação e intensificando as tentativas de formar um governo de unidade com o Fatah.

## 1.7 O 7 de outubro

*Após 75 anos de ocupação implacável e sofrimento, e após o fracasso de todas as iniciativas de libertação e retorno ao nosso povo, e também após os resultados desastrosos do chamado processo de paz, o que o mundo esperava que o povo palestino fizesse [...]?*

— “Nossa narrativa... Operação Inundação de Al-Aqsa” — Documento oficial do escritório de mídia do Hamas após o ataque de 7 de outubro .

*Se temos que escolher, por que escolher ser as boas vítimas, as vítimas pacíficas? Se temos que morrer, temos que morrer com dignidade. De pé, lutando, revidando e nos posicionando como mártires dignos.*

— Basem Naim, um membro sênior do gabinete político do Hamas, falando em 7 de outubro .

É claro que se pode ver tudo o que o Hamas faz, incluindo sua aparente busca pelos interesses palestinos e sua preocupação com a aprovação popular, como oportunismo político visando a permanência no poder a todo custo. Quando se trata do 7 de outubro , tenho ouvido frequentemente esquerdistas argumentarem que, pela primeira vez, a ofensiva do Hamas demonstra que os líderes do movimento só se preocupam em perseguir seus próprios objetivos políticos (geralmente não especificados no argumento), independentemente do custo das vidas palestinas.

Outra perspectiva sobre as motivações do Hamas, que foi amplamente expressada pelos principais veículos de comunicação de direita nos dias imediatamente após 7 de outubro , e que foi retomada em diferentes graus por partes da esquerda, simplesmente se baseia em pontos de discussão sobre "guerra ao terror" e tropos islamofóbicos: eles odeiam a vida, eles só querem a morte, a sua e a dos outros, eles queriam que Israel respondesse o mais violentamente possível, eles não se importam com ninguém, nem mesmo com os palestinos, nem mesmo com eles mesmos, e isso porque eles são monstros irracionais que apenas aspiram ir para o céu pela jihad.

Não tentarei lidar com essa segunda interpretação mais do que já fiz.

Dada a nossa oposição às lideranças políticas, os anarquistas podem ser atraídos pela primeira interpretação, que sustentaria que o Hamas apenas segue cálculos para manter um controle exclusivo sobre a autoridade. Estruturalmente, sabemos que as lideranças políticas alienam o poder do povo e agem para reproduzir essa alienação. A oposição dos anarquistas às lideranças políticas baseia-se em uma análise respeitável, mas também se manifesta por um desprezo saudável e visceral pelos líderes. Os políticos ocidentais se prestam facilmente a esse desdém: oportunistas, cínicos, hipócritas, acima de tudo consequências que as pessoas comuns têm que enfrentar. Mas também devemos reconhecer que nem todos os líderes são iguais. Nem todos os líderes fazem parte de uma elite oportunista que clama pela guerra sabendo muito bem que nunca terão que ver uma trincheira ou ouvir uma bala.

Os líderes da resistência palestina são palestinos. Eles vivem nos mesmos campos de refugiados, sitiados e invadidos pelo exército colonial, são presos por décadas a fio, são torturados. Suas casas são bombardeadas, eles veem seus parentes morrerem em seus braços. Sofrem e lamentam quando suas famílias, amigos e compatriotas são assassinados.

Quanto à análise, devemos reconhecer mais uma vez a profunda complexidade de como o Hamas pensa e age. Como força governamental e movimento político, o Hamas é movido pela sincera dedicação a ideais, bem como pelo desejo de manter sua autoridade. A contradição é apenas aparente. É lógico (e, acredito, perfeitamente consistente com as análises anarquistas) que, quando uma organização fortemente movida por ideais de libertação (nacional) conquista um aparato estatal — ou algo semelhante a um Estado, como no caso de Gaza — em vez de aboli-lo, ela passa a identificar o interesse do povo e a luta com sua própria capacidade de permanecer em uma posição de poder.

Retratar o Hamas como uma camarilha oportunista e elitista que não representa o povo palestino e que se preocupa, antes de tudo, com seus próprios interesses não é apenas factualmente incorreto. Também é prejudicial às nossas próprias análises, pois nos impede de compreender as decisões da liderança do Hamas e o genuíno enraizamento de todo o movimento na sociedade palestina.

Enquanto esse enraizamento for robusto, devemos acrescentar que não haverá solução militar para Israel para a “questão do Hamas”, assim como não há solução militar para a Turquia para a “questão do PKK”, e assim como não houve solução militar para os EUA para a “questão do Vietminh”:

*A ideia de que o exército israelense poderia destruir o Hamas trazendo tanques e lançando mísseis traz à mente um comentário americano assustador durante a Guerra do Vietnã: "Destruímos aquela vila para salvá-la". Essa estratégia não funcionou no Vietnã e não funcionará com o Hamas. O Hamas não é uma força guerrilheira alienígena. É o irmão, o vizinho ou o sujeito que dá dinheiro para a educação do seu filho. [5]*

Ao tomar decisões, o Hamas pondera opções com base em sua compreensão da situação atual, dos interesses dos palestinos e dos interesses da resistência.

Longe de ser um esforço desesperado para permanecer no poder ou uma tentativa de realizar um "suicídio em massa por policial israelense", o ataque de 7 de outubro definitivamente resultou de extensas considerações estratégicas da liderança militar e política do Hamas em Gaza.

Por que, então, o Hamas realizou seu ataque em 7 de outubro ? Embora eu claramente não possa dar uma resposta exaustiva a essa pergunta, aqui estão alguns elementos que acredito serem cruciais para entender a questão.

S., um palestino de Gaza que está familiarizado com o pensamento estratégico das facções da resistência armada e com quem conversei em duas ocasiões distintas, sublinha que a decisão de atacar Israel em 7 de outubro decorre da compreensão do Hamas da estratégia de resistência palestina como sendo baseada em dois pilares complementares: Sumud ("firmeza") e o que poderíamos chamar de resistência proativa. Sumud, a forma de resistência baseada na resiliência ativa e na determinação, é o que permite aos palestinos permanecerem em terra e limitar os efeitos do projeto contínuo de Israel de deslocamento e aniquilação. Sumud continua até que o equilíbrio de poder mude e uma abertura apareça para as forças de resistência palestinas partirem para a ofensiva — para praticar a resistência proativa. K., uma camarada palestina, ecoou essa análise quando me explicou Sumud. Ela comparou Sumud ao conceito gramsciano de "guerra de posição". Ou seja, a fase do conflito de classes em que as forças buscam adquirir lentamente uma posição de vantagem enquanto limitam os avanços do inimigo, aguardando o início da "guerra de manobra", onde as duas partes se enfrentam em campo aberto.

No contexto de Gaza, Sumud significava resistir ao cerco, projetado para manter a população em constante modo de sobrevivência, e confrontar a estratégia israelense de guerra de atrito contra a Faixa de Gaza, o que os generais israelenses chamaram de estratégia de "cortar a grama". Mas Sumud não é simplesmente reativo. Ao longo dos anos, o Hamas desenvolveu seu arsenal militar e estratégico necessário para lançar a contra-ofensiva. Isso é particularmente evidente no caso da tecnologia militar. O Hamas não apenas transferiu tecnologia e expertise com seus aliados regionais, notadamente o Irã e o Hezbollah, mas também desenvolveu o sistema

universitário dentro de Gaza para treinar seus próprios engenheiros. Essa capacitação trouxe dois resultados importantes. Primeiro, o sistema de túneis de Gaza, possivelmente o mais longo e complexo da história militar, projetado para escapar da sofisticada tecnologia israelense de coleta de inteligência (satélites, drones, aviões), que verifica cada centímetro de uma área de apenas 365 km<sup>2</sup> e que é totalmente plana, desprovida de montanhas e florestas para abrigar combatentes e armazenar armas. Em segundo lugar, à medida que o contrabando de armas dentro de Gaza se tornava mais difícil, o Hamás desenvolveu o know-how para fabricar armas dentro da Faixa de Gaza, principalmente reaproveitando as toneladas de bombas israelenses não detonadas que bombardeiam a Faixa há anos. A autossuficiência na produção de armas tem sido uma das prioridades estabelecidas por Mohammed Deif, comandante das brigadas Qassam. Desinteressado em política e na luta contra o Fatah, Deif redigiu a doutrina militar do Hamás, que também estabeleceu o foco do Hamás no confronto militar nos territórios palestinos ocupados e a disposição de que apenas palestinos podem se tornar parte das brigadas Qassam.

Durante os anos de Sumud, argumenta S., o Hamás também se envolveu em uma estratégia de dissimulação, que levou a liderança israelense a acreditar que o movimento havia se interessado exclusivamente em manter o poder em Gaza e não estava disposto a travar grandes confrontos. Por exemplo, no verão de 2022 e na primavera de 2023, a Jihad Islâmica Palestina (JIP) em Gaza e o exército israelense trocaram tiros, após ataques israelenses na Cisjordânia contra o grupo e a morte de um líder prisioneiro da JIP em greve de fome. Em ambas as ocasiões, o Hamás não participou das hostilidades, o que deu aos israelenses a impressão de que o movimento havia se contentado com o status quo e efetivamente abandonado o caminho da resistência.

O que convenceu os líderes do Hamás em Gaza de que havia chegado o momento de mudar do Sumud para a resistência pró-ativa? Claramente, não foi o caso de que em outubro do ano passado o equilíbrio de poder tivesse se deslocado em favor da resistência palestina, abrindo caminho para uma contraofensiva eficaz contra o colonialismo israelense. Muito pelo contrário, continua S. A liderança do Hamás percebeu que o Sumud havia se tornado uma estratégia perdedora, porque Israel estava lentamente vencendo a guerra de posição. Israel havia sido capaz de prosseguir seu

projeto contínuo de limpeza étnica efetivamente sem ser perturbado, mantendo o cerco a Gaza e prosseguindo com os planos de anexar a Cisjordânia, sem provocar oposição internacional. Os acordos de normalização com vários regimes árabes e o rebaixamento geral da causa palestina para o fundo da agenda internacional convenceram a liderança em Gaza de que somente um ato sem precedentes poderia ter quebrado o impasse [12].

Os líderes do Hamas provavelmente esperavam alcançar mudanças significativas e positivas em campo com o ataque de 7 de outubro, tanto em termos de demolir o mito da invencibilidade de Israel quanto de obter concessões práticas. A liderança do Hamas aprendeu que Israel é completamente insensível à pressão política, à resistência pacífica e às ofertas palestinas de negociação. A resistência armada, por outro lado, forçou Israel a se retirar do Líbano em 2000 e de Gaza em 2005, bem como a desmantelar os assentamentos ao redor de Nablus e Jenin.

As brigadas Qassam já haviam assumido um grande risco ao sequestrar o soldado israelense Gilat Shalit em 2006. Cinco anos depois, essa aposta resultou na libertação de 1.027 palestinos. Se um soldado israelense pudesse ser trocado por centenas de prisioneiros palestinos, os líderes do Hamas provavelmente previram que manter centenas de prisioneiros israelenses presos poderia ter atrasado o projeto colonial e forçado Israel e a comunidade internacional a finalmente ouvir os palestinos.

Num documento oficial de relações públicas em inglês publicado no Outono passado, o Hamas reiterou as questões-chave para o movimento e as razões por trás do ataque de 7 de Outubro: a defesa da Mesquita de Al-Aqsa contra as invasões e desapropriações israelitas, o bloqueio de Gaza, o exílio de sete milhões de refugiados palestinos, a violência colonial na Cisjordânia e os milhares de prisioneiros palestinos nas prisões israelitas [11].

A questão dos prisioneiros, em particular, tem sido central para a estratégia do Hamas e um dos principais focos da comunicação do movimento e de sua posição de negociação desde 7 de outubro. Os prisioneiros desfrutaram de um status privilegiado na luta e na sociedade palestina — o que não é surpresa, visto que um em cada cinco palestinos já esteve em algum momento em uma prisão israelense. Eles personificam a unidade do povo palestino, além de facções e cores políticas. Sua posição moral os

torna super partes — razão pela qual, por exemplo, a tentativa mais auspiciosa de reconciliação entre as diferentes facções palestinas, a de maio de 2006, foi iniciada pelas lideranças nas prisões. A situação dos prisioneiros e sua libertação são uma prioridade constante para todos os palestinos, independentemente de sua filiação política.

O próprio Yahya Sinwar, líder do Hamas em Gaza, foi libertado após 22 anos de cativeiro na troca de prisioneiros de 2011 e prometeu repetidamente fazer da libertação de prisioneiros uma prioridade para o movimento. Um acordo massivo de troca de prisioneiros entre Israel e o Hamas, que resultaria na libertação de todos os prisioneiros palestinos, teria marcado uma vitória sem precedentes e, sem dúvida, reafirmado o papel do Hamas como a principal força de resistência na Palestina.

Esses objetivos provavelmente andavam de mãos dadas com outros de maior alcance. O Hamas esperava que sua ofensiva desencadeasse uma grande revolta na Cisjordânia, além de atrair outros atores regionais para exercer pressão militar significativa sobre Israel e iniciar mobilizações em massa contra a ocupação na região. Isso fica claro na mensagem com que Mohammed Deif, comandante das brigadas Qassam, anunciou o ataque na manhã de 7 de outubro :

*A partir de hoje, a coordenação de segurança termina. Hoje, o povo reconquista sua revolução, corrige seu caminho e retorna à marcha do retorno.*

*Ó, nosso povo em Al-Quds, expulse os ocupantes e destrua os muros. Ó, nosso povo no interior, Al-Naqab, Al-Jalil e o Triângulo [Jenin, Nablus, Tulkarem], transforme a terra em chamas sob os pés dos ocupantes.*

*Ó, nossos irmãos da resistência islâmica no Líbano, Iraque, Síria e Iêmen, hoje é o dia em que a sua resistência se funde com a resistência dos seus irmãos na Palestina. É hora da resistência árabe se unir.*

*Apelamos à mobilização em direção à Palestina. Ó irmãos nossos na Argélia, Marrocos, Jordânia, Egito e demais países árabes, tomem providências e atendam ao chamado.*

*A era das apostas terminou e a ocupação deve ser expulsa”. [13]*

Os comandantes militares do Hamas estão bem cientes de que uma vitória militar direta contra Israel é impossível. Mas a história das lutas de libertação nacional mostra que vitórias políticas de longo prazo importam mais do que o domínio no campo de batalha: destruindo a capacidade de dissuasão e o mito da invencibilidade do colonizador, exacerbando as contradições dentro da sociedade colonizadora, induzindo o isolamento internacional e grandes crises econômicas para as quais o projeto colonial não está preparado.

O historiador israelense Ilan Pappé [14] e o economista político Shir Ever [15] do BDS argumentam que 7 de outubro marcou o início do fim do projeto sionista. Um número sem precedentes de israelenses deixou a Palestina (500.000, segundo Pappé). O exército israelense, antes considerado capaz de vencer qualquer guerra de forma impecável, como uma "Blitzkrieg", está fracassando militarmente tanto em Gaza contra o Hamas quanto no Norte contra o Hezbollah. Os investimentos estrangeiros diretos e os investimentos domésticos despencaram, enquanto países como Colômbia e Turquia interromperam as exportações de commodities essenciais, como carvão e cimento, para Israel. A sociedade israelense está mais dividida do que nunca entre o que Pappé chama de "Estado de Israel" — colonos israelenses liberais, em sua maioria descendentes de europeus, que querem que Israel seja uma sociedade europeia "avançada" e "pluralista", da qual os palestinos sejam excluídos — e "o Estado da Judeia", composto por colonos profundamente fanáticos da Cisjordânia que querem transformar Israel em um regime teocrático que ocupe abertamente toda a Palestina.

Pappé e Ever argumentam que os primeiros indicadores do colapso iminente do sionismo já estão aqui, e que foi o ataque do Hamas em 7 de outubro que intensificou o processo:

*“O ataque do Hamas em 7 de outubro pode ser comparado a um terremoto que atinge um prédio antigo. As rachaduras já começavam a aparecer, mas agora são visíveis até mesmo em seus alicerces.”* [14]

Teria o Hamas a intenção de causar tamanha comoção com seu ataque? Isso é perfeitamente plausível. Nos últimos meses, a comunicação e a postura negocial do Hamas demonstraram que o movimento está profundamente ciente das divisões na

sociedade israelense, particularmente em torno da questão dos prisioneiros israelenses e da situação política de Netanyahu. Yahya Sinwar, líder político do Hamás em Gaza, oriundo das brigadas Qassam, é considerado um profundo conhecedor da política interna israelense, graças aos 22 anos que passou em uma prisão israelense, durante os quais aprendeu hebraico, estudou a história de Israel, sua política e seu aparato de inteligência.

Em suma, antes de 7 de outubro, Israel estava conseguindo ter o bolo e comê-lo também: realizar uma limpeza étnica de "baixa intensidade" dos palestinos nos territórios de 1967, enquanto se beneficiava plenamente dos acordos de normalização mediados pelos EUA. O ataque do Hamás certamente visava interromper esse processo catastrófico e reabrir a questão de uma solução para o povo palestino. Além disso, o Hamás provavelmente esperava que o ataque agravasse as contradições inerentes ao projeto sionista e o enfraquecesse significativamente e irreversivelmente.

Certamente nos perguntamos sobre o custo humano desses objetivos. Enquanto escrevo estas palavras, pelo menos 40.000 palestinos foram assassinados em Gaza. Ou seja, mais de três vezes o número de palestinos mortos por Israel entre janeiro de 2000 e setembro de 2023. Por que o Hamás decidiu lançar o ataque de 7 de outubro sabendo que Israel certamente responderia desproporcionalmente e com grandes atrocidades? O porta-voz sênior do Hamás, Osama Hamdan, foi questionado precisamente sobre essa questão em uma entrevista em 13 de outubro. Sua resposta é profundamente reveladora, não apenas no que diz respeito ao custo humano do ataque (que, no momento da entrevista, havia atingido aproximadamente 8.000 vítimas entre mortos e feridos), mas porque os principais elementos que emergem da narrativa geral: a relutância de Israel em respeitar as resoluções da ONU, a inevitabilidade da violência colonial, o fracasso dos acordos de Oslo e o desinteresse de Israel em compromissos.

*Essa é uma boa pergunta. O fato é que os israelenses estão matando palestinos de todas as maneiras, o tempo todo. Por exemplo, na Cisjordânia, nos últimos 10 meses, mais de 500 palestinos foram mortos, a maioria civis.*

*Eles foram baleados nas ruas apenas protestando pacificamente contra as tropas israelenses. O fato que todos precisam entender é que essa ocupação está matando os palestinos o tempo todo. **Não está dando a eles nenhuma chance de ter***

***uma vida normal, não está dando a eles a chance de serem independentes e de ter seu estado soberano independente, mesmo após 30 anos da assinatura do acordo de Oslo, não está implementando nenhuma resolução internacional, não se importa com o direito internacional , então estamos enfrentando este fato: os israelenses estão matando você se você os estiver tratando pacificamente ou se estiver resistindo a eles e, no final das contas, a ocupação ainda está lá, então é melhor resistir do que ser massacrado diariamente sem nem mesmo resistir à ocupação. O alvo ou objetivo era pôr fim aos ataques israelenses contra os palestinos, pôr fim aos ataques israelenses a Jerusalém e à Cisjordânia, tomando posse das terras, e levantar o cerco a Gaza.***

*Os israelenses estão planejando uma longa ocupação da Palestina e acho que não aprenderam a lição com o que aconteceu nos últimos quatro dias. Este exército não os protegerá, sua violência não os protegerá , mesmo que sejam apoiados pelos Estados Unidos. Se quiserem ser protegidos, precisam reconhecer os direitos palestinos e implementar as resoluções internacionais que deram ao povo palestino seus direitos , sem negociações. Esses são direitos, ninguém pode negociar nossos direitos. [16]*

## 1.8 Atrocidades

A liderança do Hamás esperava que a retaliação de Israel em 7 de outubro fosse desumana e indiscriminada, como é característico de projetos coloniais de assentamento quando respondem à violência anticolonial. Os estrategistas militares do Hamás certamente cogitaram uma invasão terrestre e bombardeios pesados, mas não esperavam que a resposta de Israel assumisse o caráter totalmente genocida que os palestinos têm sofrido [12] . Isso porque, significativamente, a liderança do Hamás provavelmente não esperava que o 7 de outubro se desenrolasse da forma como ocorreu.

Como foi revelado, entre outros, pela unidade investigativa da AlJazeera [17] , as intenções e os planos do ataque de 7 de outubro foram mantidos em segredo. Tão secretos, na verdade, que a liderança política fora de Gaza foi mantida completamente

no escuro e soube do ataque pelas notícias transmitidas na manhã do dia 7. Até mesmo os combatentes palestinos que participaram do ataque foram informados da operação apenas algumas horas antes do início do ataque e receberam instruções muito limitadas. Isso foi feito, de acordo com S., para garantir que a ofensiva seria um ataque surpresa e para evitar que combatentes capturados pudessem revelar informações holísticas sob interrogatório.

De acordo com a investigação da AlJazeera, os estrategistas militares do Hamas não previram que as instalações militares israelenses na fronteira com Gaza cairiam tão rapidamente devido à completa falta de preparação das Forças de Defesa de Israel (IDF). Assim, milhares de combatentes do Hamas se encontraram em assentamentos, ou no agora infame festival de música Nova (cuja existência eles desconheciam), sem uma cadeia de comando clara, sem instruções claras, além de fazer o maior número possível de reféns, após terem sido treinados para atirar e matar.

Não há dúvida de que, nesse ponto, atrocidades foram cometidas. Muitas delas foram cometidas pelo Hamas e outros combatentes da resistência, outras — incluindo algumas das mais horríveis — foram provavelmente cometidas por membros de grupos salafistas e civis palestinos armados que invadiram os territórios em 1948 após a primeira onda de combatentes do Hamas romper a barreira — uma barreira que forçou milhões de homens, mulheres e crianças a viverem toda a vida no que o sociólogo israelense Baruch Kimmerling chamou de "o maior campo de concentração do mundo". Embora haja algumas evidências de combatentes do Hamas discriminando claramente entre civis e combatentes, e em alguns casos até mesmo tranquilizando israelenses desarmados, alguns combatentes não tomaram precauções para garantir a segurança dos civis ou claramente os alvejaram. O documentário da AlJazeera mostra extensas imagens de ataques a não combatentes. Durante o ataque ao festival Nova, por exemplo, combatentes são vistos jogando uma granada em um abrigo antiaéreo lotado de participantes do festival, atirando em um fugitivo desarmado e, em seguida, capturando um sobrevivente. O número final de civis mortos em 7 de outubro foi de 782 — dos quais pelo menos 18, de acordo com a unidade investigativa da AlJazeera, foram mortos por fogo israelense.

O Hamas tem usado até agora duas abordagens diferentes para explicar as mortes de civis israelenses em 7 de outubro . A primeira, que foi dada em uma

entrevista pelo porta-voz sênior do Hamás, Osama Hamdan, logo após o ataque, é alegar que os colonos adultos, na leitura do Hamás das leis da guerra, simplesmente não são classificáveis como civis, mesmo quando não usam uniforme, devido ao seu papel na desapropriação e limpeza étnica dos palestinos e seu status como reservistas do exército. Este argumento já havia sido feito pelo Hamás (e outras organizações de resistência armada palestina) para justificar atentados suicidas e a morte de colonos nos territórios ocupados. Em comunicação oficial, o Hamás também frequentemente sublinha que, no passado, Israel ignorou as iniciativas do Hamás para chegar a um acordo entre todas as partes sobre poupar civis no conflito, e que enquanto Israel insistir em alvejar palestinos desarmados, a morte de não combatentes israelenses será inevitável.

A segunda abordagem para explicar as mortes de civis em 7 de outubro é exemplificada em um documento oficial de relações públicas do Hamás em inglês publicado no outono passado:

*“Evitar causar danos a civis, especialmente crianças, mulheres e idosos, é um compromisso religioso e moral de todos os combatentes das Brigadas Al-Qassam. Reiteramos que a resistência palestina foi totalmente disciplinada e comprometida com os valores islâmicos durante a operação e que os combatentes palestinos atacaram apenas os soldados da ocupação e aqueles que portavam armas contra o nosso povo. Enquanto isso, os combatentes palestinos estavam empenhados em evitar causar danos a civis, apesar de a resistência não possuir armas precisas. Além disso, se houve algum caso de ataque a civis, isso aconteceu acidentalmente e durante o confronto com as forças de ocupação. [...] Talvez algumas falhas tenham ocorrido durante a implementação da Operação Al-Aqsa Flood devido ao rápido colapso do sistema militar e de segurança israelense e ao caos causado ao longo das áreas de fronteira com Gaza.” [11]*

Se considerarmos a comunicação e os compromissos públicos anteriores do Hamás, bem como seus prováveis objetivos para os ataques de 7 de outubro, parece que, embora a captura de prisioneiros fizesse claramente parte das instruções dadas aos militantes, as atrocidades cometidas pelos combatentes do Hamás, particularmente os

ataques a civis, provavelmente não faziam parte dos planos operacionais. Em vez disso, podem ser entendidas como resultado de múltiplos fatores, em particular a falta de uma cadeia de comando clara, a natureza caótica da ofensiva, o colapso inesperado da defesa israelense ao redor da Faixa de Gaza e a iniciativa individual dos combatentes.

Depois de lidarmos com o nível factual de 7 de outubro, podemos então lidar com o nível moral e político.

Um ponto de partida importante é, acredito, reconhecer que as lutas de libertação nacional, particularmente aquelas contra projetos coloniais de colonos, sempre envolveram a matança (intencional) de civis desarmados. Isso decorre diretamente da natureza dos conflitos coloniais — onde os colonos desempenham um papel central no projeto colonial, mesmo quando desarmados. Atacar civis é, portanto, frequentemente uma tática deliberada dos movimentos anticoloniais. Em seu artigo intitulado “*A falsa equivalência entre o colonizado e o colonizador*” [18], Hamza Hamouchene analisa o caso da FLN argelina:

*“A liderança [da FLN] tinha uma avaliação realista do equilíbrio de poder militar, que pedia fortemente a favor da França, [...]. A estratégia da FLN foi inspirada no ditado do líder nacionalista vietnamita Ho Chi Minh: “Para cada nove mortos, mataremos um — no final, vocês partirão”. A FLN queria criar um clima de violência e insegurança que, em última análise, se revelasse intolerável para os franceses, internacionalizaria o conflito e traria a luta da Argélia à atenção do mundo.”* [18]

A Batalha de Argel começou com a ordem de “abater qualquer europeu, de 18 a 54 anos. Nenhuma mulher, nenhuma criança, nenhum idoso”. [19] A FLN então utilizou a tática de bombardeios terroristas, que tinham como alvo reuniões públicas de colonos franceses. Ao motivar o uso dos bombardeios, uma diretora da FLN afirmava: “*Uma bomba que cause a morte de dez pessoas e ferindo outras cinquenta equivale, em nível psicológico, à perda de um batalhão francês*”. [19]

A batalha de Argel tornou-se uma inspiração para revolucionários em todo o mundo. A influência da revolução argelina ressoa nos comunicados de movimentos como o Congresso Nacional Africano e os Panteras Negras. Após o assassinato de Martin Luther King, por exemplo, o líder do Partido dos Panteras Negras, Eldridge Cleaver, proclamou:

*“A guerra começou. A fase violenta da luta de libertação negra está aqui e se espalhará. A partir daquele tiro, daquele sangue. A América será pintada de vermelho. Cadáveres se espalharão pelas ruas e as cenas lembrarão as notícias repugnantes, aterrorizantes e de pesadelo vindas da Argélia durante o auge da violência generalizada, pouco antes do colapso final do regime colonial francês.”* [17]

O acadêmico norte-americano Norman Finkelstein [20] comparou o ataque de 7 de outubro à rebelião de Nat Turner de 1831, uma revolta de escravos liderada pelo escravizado autodidata Nat Turner, que Finkelstein descreve como um "fanático religioso". Durante a rebelião, os insurretos massacraram deliberadamente famílias inteiras de virginianos brancos, incluindo crianças. Em seu artigo intitulado "A impensabilidade da revolta de escravos" [21], o escritor palestino Zubayr Alikhan traça o paralelo entre 7 de outubro e a eclosão da revolução haitiana, não apenas no que diz respeito ao nível de violência, mas particularmente à reação do colonizador. No Haiti e em Gaza, os colonizados foram considerados tão subumanos que sua violência foi explicada como uma conspiração de outra pessoa ou um ato irracional oposto pela população colonizada em geral:

*“Assim, a revolução [haitiana] foi “uma repercussão infeliz dos erros de cálculo dos plantadores”, a inundação de Al-Aqsa foi o resultado de uma “cascata de erros de anos” de Israel, “não teve como objetivo a mudança revolucionária”, não teve como objetivo a descolonização, “não foi apoiada pela maioria da população escrava”, foi o Hamas agindo sozinho e os palestinos não os apoiaram, “foi devido a agitadores externos”, o Irã a instigou, “foi a...consequência de várias conspirações conspiradas por não escravos [...]”* [21]

Voltando ao nível moral, eu pessoalmente defendo a perspectiva de Norman Finkelstein como o ponto de vista mais básico a ser defendido: não se condena uma revolta de escravos, por mais horrível e insuportável que seja. Não se condenam atrocidades cometidas por um povo que tentou de tudo, desde eleições a manifestações pacíficas em massa, passando pela confiança na pressão diplomática, e tudo o que recebeu em troca foram mais bombas, mais fome, mais assassinatos seletivos, mais tortura, mais cerco, mais prisão, mais desumanização, mais cumplicidade. Tudo isso enquanto, a poucos quilômetros de distância, colonos vivem nas ruínas de suas aldeias, da infância de seus avós, dos túmulos de seus ancestrais [22].

## 1.9 Qual o futuro do Hamás?

Nove meses após este genocídio, o Hamás demonstrou um nível chocante de resiliência. S. ressalta que, mesmo com a destruição, o Hamás conseguiu manter um controle significativo sobre a governança local: os administradores do Hamás conseguiram controlar o nível de saques e apropriação indébita de preços. *"Em todos os lugares que os israelenses atacam e abandonam, o governo retorna no dia seguinte e organiza a distribuição de serviços."*

O Hamás enfrentou três grandes desafios à sua autoridade governamental durante a guerra. O primeiro desafio ocorreu em janeiro, quando Israel tentou fechar um acordo com líderes tribais individuais em Gaza para administrar suas áreas, marginalizando o Hamás. Isso foi claramente rejeitado em uma declaração da Autoridade Suprema para as Tribos Palestinas, que disse aos israelenses que qualquer acordo sobre a governança de Gaza no pós-guerra teria que passar pelo Hamás. A segunda tentativa de destituir o Hamás foi arquitetada pela Jordânia, Egito, Arábia Saudita, Shin Bet e Majed Faraj, chefe de inteligência da AP. Em março de 2024, agentes de inteligência da AP entraram na Faixa de Gaza disfarçados de segurança para um comboio de ajuda humanitária. Alguns deles chegaram ao hospital Al-Shifa e forneceram informações que levaram à invasão israelense do hospital. A maior parte do grupo permaneceu em Rafah e tentou estabelecer seu quartel-general no prédio do Crescente Vermelho Palestino, supostamente para construir uma força armada no sul

da Faixa de Gaza, composta por famílias que não apoiam o Hamas. A conspiração foi descoberta e o Hamas prendeu 10 agentes da AP.

Finalmente, em maio, os egípcios convidaram delegações da FPLP e da PIJ ao Cairo para consultas separadas, provavelmente com a intenção de semear divisões entre as forças de resistência e pressionar o Hamas a aceitar um acordo para a libertação de prisioneiros israelenses sem um cessar-fogo permanente. Em Gaza, até agora, combatentes de diferentes facções têm operado juntos sob o chamado "Comando Conjunto". O comando conjunto foi criado depois que a liderança militar do Hamas foi libertada na troca de prisioneiros de 2011 e retornou a Gaza. Yahya Sinwar então trabalhou para convencer as alas militares das outras facções em Gaza a operar sob a mesma cadeia de comando, em vez de como unidades separadas. A cooperação entre as alas da resistência armada do Hamas, FPLP, DFLP, Fatah, PIJ e outras não é apenas uma grande conquista militar, mas também incentiva a unidade entre as alas políticas da resistência. O tempo dirá se essa unidade será capaz de resistir às últimas tentativas de miná-la. No geral, a resiliência do Hamas em Gaza demonstra o fato de que, durante anos, o movimento construiu um nível de controle sobre a sociedade de Gaza não apenas por meio da repressão, mas por meio de governança hábil e redes de alianças que o tornaram o ator mais confiável na Faixa de Gaza.

Este é, sem dúvida, o início de uma nova fase para o Hamas, na qual o movimento perdeu irrevogavelmente o controle sobre o único território que governava, a Faixa de Gaza, mas restabeleceu seu papel como a principal força de resistência na Palestina, com a aprovação crescente entre os palestinos. É evidente que a ala militar do Hamas ainda é capaz de lutar em toda a Faixa — apesar das alegações israelenses de que destruiu 20 das 24 brigadas do Hamas em Gaza — e analistas militares, incluindo estadunidenses e israelenses, admitem que não há esperança de Israel alcançar uma solução militar real para o conflito, nenhum cenário em que Israel alcance seu objetivo de "destruir o Hamas". Mesmo a possibilidade de eliminar a liderança em Gaza provavelmente representaria apenas um revés temporário. A liderança política do movimento está relativamente segura no exterior, e a história do Hamas mostra que ele é capaz de substituir prontamente líderes martirizados.

O Hamas pode estar em uma encruzilhada. Por um lado, a liderança política continua sinalizando sua aspiração de alcançar uma solução temporária de dois Estados, em conformidade com as resoluções da ONU e o direito internacional. Uma proposta que Israel tem repetidamente afirmado que jamais considerará.

A escalada do projeto colonial está, sem dúvida, tornando a perspectiva de uma solução intermediária envolvendo um Estado palestino cada vez mais inviável. É possível que o Hamas, uma vez forçado a abandonar o papel de administrador em Gaza e o pragmatismo político que o acompanha, se torne mais propenso a privilegiar a pressão militar como forma de alcançar a libertação total da Palestina, sem etapas intermediárias da "solução de dois Estados", e possivelmente abandonando o caminho para se juntar à OLP e suas tentativas de se livrar do status de "pária" para o Ocidente. Em vez disso, o Hamas pode se concentrar em atrair seus aliados regionais para um confronto mais direto e de longo prazo com Israel.

## **2 Como os comunistas libertários do Ocidente devem responder materialmente a isso?**

*“O imperialismo estendeu seu corpo sobre o mundo, a cabeça no Leste Asiático, o coração no Oriente Médio, suas artérias alcançando a África e a América Latina. Onde quer que você o atinja, você o danifica e serve à Revolução Mundial... A causa palestina não é uma causa apenas para os palestinos, mas uma causa para cada revolucionário, onde quer que esteja, como uma causa das massas exploradas e oprimidas em nossa era.”*

— Ghassan Kanafani, revolucionário palestino e porta-voz da FPLP.

A seção anterior estabeleceu, esperançosamente, que:

1. O Hamas é um movimento anticolonial e de libertação nacional. Acredita sinceramente na mobilização popular, na luta armada, na participação política na democracia liberal e na diplomacia. Caracteriza-se também pelo debate interno e pelo pragmatismo político.

2. O Hamas desempenha atualmente um papel importante na luta palestina

3. é improvável que sua importância diminua no futuro previsível.

O Hamas não é um grupo militante fundamentalista como o ISIS ou a Al-Qaeda. Também não é uma elite política oportunista que trai e sacrifica o povo palestino e suas aspirações em benefício próprio, e não é um "peão" de Israel ou do Ocidente criado para minar a luta palestina.

Neste ponto, o que é necessário é uma estrutura para definir como os anarquistas devem responder a esses fatos. Mais precisamente, o que tento responder nesta seção são as seguintes perguntas: como os anarquistas no Ocidente devem responder a 1., 2. e 3.? Como 1., 2. e 3. devem moldar nossa abordagem à luta palestina pela libertação nacional, e particularmente ao movimento de solidariedade em nossos países?

Alguns anarquistas podem reagir a 1., 2. e 3. com um sonoro "e daí?". Esses anarquistas podem elaborar, alegando que, qualquer que seja o tipo de organização que

o Hamás seja, ele é incompatível com os princípios e métodos anarquistas e, portanto, pertence ao campo ao qual nos opomos.

Diante disso, a estratégia de engajamento dos anarquistas com o movimento de solidariedade com a Palestina pode ser resumida da seguinte forma: “A frente de libertação nacional palestina é atualmente liderada por forças às quais nos opomos. Ainda assim, é uma luta contra a opressão. Além disso, o movimento de solidariedade com a Palestina no Ocidente mobiliza pessoas que lutam contra diversas formas de opressão: comunidades da diáspora, minorias étnicas, trabalhadores e estudantes politizados. Portanto, o papel das organizações anarquistas no Ocidente deve ser participar do movimento de solidariedade para conquistar as pessoas para as nossas ideias. Precisamos apontar as armadilhas dos movimentos de libertação nacional, tais como: a falta de foco na luta de classes, a prevalência de métodos de luta armada em detrimento das mobilizações democráticas de massa, o papel da identidade nacional e religiosa e a aspiração de alcançar um Estado. Precisamos oferecer nossas alternativas — por exemplo, a unidade de classe entre palestinos e israelenses, o antiestatismo e o antinacionalismo — e garantir que o movimento de solidariedade rejeite forças islâmicas como o Hamás e reconheça que tais forças minam a luta palestina.”

Essa abordagem especulativa é provavelmente clichê e certamente simplificada demais, mas se baseia nas opiniões que vi expressas por organizações e camaradas anarquistas.

Nas próximas seções, tento elaborar uma posição de discordância em relação a essa abordagem e oferecer alguns elementos para desenvolver uma alternativa.

## **2.1 Sobre as lutas de libertação nacional e o colonialismo de povoamento**

Nesta seção, gostaria de me concentrar particularmente nas características do colonialismo de povoamento e na dificuldade de entender esse fenômeno a partir da posição dos anarquistas ocidentais.

Tomo como ponto de partida a visão expressa por Wayne Price em seu artigo “*Autodeterminação Nacional, Internacionalismo e Socialismo Libertário*” [23] . O artigo argumenta que a opressão nacional é uma forma real de opressão que não

coincide com a opressão de classe. Os socialistas libertários devem apoiar as lutas pela libertação nacional como uma demanda democrática, e nosso apoio não deve estar condicionado à aceitação do nosso próprio programa pelos oprimidos, a saber, uma sociedade sem classes e sem Estado.

Como demonstra Price, essa posição decorre claramente dos escritos de anarquistas clássicos, como Kropotkin, Malatesta e Bakunin, que identificaram a opressão nacional como uma forma desprezível de hierarquia e indicaram que os anarquistas deveriam participar das lutas pela libertação nacional. Bakunin já destacava a detestabilidade da opressão cultural, afirmando sua *“forte simpatia por qualquer levante nacional contra qualquer forma de opressão; todo povo [tem o direito] de ser ele mesmo... ninguém tem o direito de impor seus costumes, suas línguas e suas leis”*. [23]

Kropotkin reconheceu a realidade dos grupos nacionais e da opressão baseada na nacionalidade e colocou estes conceitos no centro do internacionalismo anarquista:

*“O verdadeiro internacionalismo nunca será alcançado a não ser pela independência de cada nacionalidade, pequena ou grande... Se dissermos que não há governo do homem pelo homem, como podemos permitir o governo das nacionalidades conquistadas pelas nacionalidades conquistadoras?”* [23]

Especificando a distinção entre o “patriotismo” chauvinista e a justa luta pela autodeterminação nacional, Malatesta escreveu:

*“Deploramos a discórdia entre os povos e defendemos a luta contra as classes dominantes. Mas se, por algum infortúnio, o conflito eclodir entre um povo e outro, estaremos ao lado dos povos que defendem sua independência”*. [24]

Malatesta continua, referindo-se à invasão italiana da Líbia e expressando seu apoio à luta indígena contra a dominação estrangeira:

*“Agora que a Itália de hoje invade outro país [...] é a revolta dos árabes contra o tirano italiano que é nobre e sagrada. Em nome da honra da Itália,*

*esperamos que o povo italiano, tendo recuperado o juízo, force seu governo a se retirar da África: caso contrário, esperamos que os árabes consigam expulsá-lo.”*  
[24]

Desde a época do anarquismo clássico, os comunistas libertários aprenderam a reconhecer e combater formas de opressão que se cruzam, mas não coincidem com a opressão de classe, como o racismo, o colonialismo, o patriarcado e a homofobia. Esses avanços advêm, antes de tudo, do contato com movimentos e revolucionários na vanguarda dessas lutas. Pessoalmente, posso destacar a influência dos movimentos indígenas em Abya Yala, como a luta mapuche no Chile e os zapatistas no México, o movimento curdo, o anarquista negro Lorenzo Kom'boa Ervin e o ícone anticolonial Franz Fanon.

No que diz respeito à libertação nacional e ao colonialismo, considero duas grandes lições fundamentais:

1. A opressão colonial-nacional é uma "realidade objetiva", como diz Price, que não pode ser reduzida à opressão de classe. Se um povo oprimido vencer a luta contra a opressão colonial-nacional, não terá alcançado a libertação total, mas terá alcançado uma libertação . Essa libertação é uma vitória de grandes proporções, geralmente trazendo melhorias substanciais na condição dos oprimidos e minando o projeto de dominação em todos os lugares — seguindo o ditado de Kanafani citado no início da seção. Como tal, os anarquistas devem apoiar as lutas de libertação nacional anticoloniais, independentemente da probabilidade de elas assumirem um caráter comunista libertário estrito.

2. As lutas anticoloniais de libertação nacional são ricas em complexidades e contradições. Frequentemente, também envolvem forças que não compartilham nossas visões de libertação, mas que ainda são centrais para a luta pela libertação do colonialismo. Essas complexidades não podem ser abordadas de forma produtiva se mantivermos a rigidez ideológica e insistirmos em fórmulas que dificilmente se aplicam a contextos de libertação nacional (ou se aplicam).

Considero os seguintes alguns exemplos de fórmulas inadequadas motivadas por rigidez e confusão ideológicas:

1. Apela à solidariedade de classe entre palestinos e israelenses.

2. Insistir que os palestinos devem abandonar a luta armada e, em vez disso, concentrar-se apenas em métodos de resistência não armados, como greves trabalhistas e/ou construir unidade com trabalhadores israelenses.

3. A noção de que a luta de libertação nacional é uma falácia e que o “verdadeiro inimigo” dos palestinos é “a burguesia palestina, israelense e internacional” e/ou “o Estado israelense”.

4. A noção de que israelenses e palestinos são vítimas de um conflito criado e orquestrado por potências imperialistas para seus próprios interesses.

5. A noção de que tanto o Hamas quanto Israel representam Estados burgueses travando uma guerra de nacionalismos concorrentes, da qual civis/trabalhadores israelenses e palestinos são vítimas não envolvidas. Ou seja, equiparar a luta entre as facções da resistência palestina e Israel a "guerras burguesas", como a Primeira Guerra Mundial.

Uma compreensão real do colonialismo de povoamento é necessária para evitar tais deficiências teóricas. Na obra seminal de Fanon, o colonialismo de povoamento é descrito como uma forma de opressão primordial que, de certa forma, precede os imperativos da acumulação primária e da exploração de classe:

*“O colonialismo não é uma máquina pensante, nem um corpo dotado de faculdades de raciocínio. É a violência em seu estado natural, e só cederá quando confrontado com uma violência ainda maior.” [25]*

Num artigo intitulado “The BDS Ceiling” [26], os Estudantes de Nova Iorque pela Justiça na Palestina argumentam de forma semelhante que *“a colonização da Palestina é principalmente um esforço ideológico, em vez de uma exploração capitalista-imperialista do mercado”*.

O colonialismo israelense não é movido pelo desejo de explorar a classe trabalhadora palestina. Assim como no caso do colonialismo de assentamento na América do Norte, a colonização da Palestina é movida por uma ideologia baseada na supremacia étnico-religiosa, que sustenta que os colonos têm um direito exclusivo e divino à terra, à sua riqueza e à segurança, enquanto a própria humanidade e existência

da população indígena é veementemente negada. Essa característica torna as divisões de classe secundárias, na melhor das hipóteses, obsoletas, na pior, como Fanon eloquentemente afirma:

*“Dentro de uma nação, é clássico e banal identificar duas forças antagônicas: a classe trabalhadora e o capitalismo burguês. **Em um país colonial, essa distinção é totalmente inadequada.** O que define a situação colonial é o caráter indiscriminado da dominação estrangeira. **A situação colonial é, antes de tudo, uma conquista militar contínua,** reforçada por uma administração civil e policial. Na Argélia, como em todas as colônias, **o opressor estrangeiro se opõe ao nativo como um limite à sua dignidade e é definido como um desafio irredutível à existência nacional.** O status do estrangeiro, do conquistador, do francês na Argélia é o status de um opressor. O francês na Argélia não pode ser neutro ou inocente. Todo francês na Argélia oprime, despreza, domina.” [25]*

Por essa razão, argumenta Fanon, clamar pela solidariedade de classe entre a classe trabalhadora do país colonizador e a do colonizado é uma "posição paradoxal". Não é de surpreender que, durante a Guerra de Independência da Argélia, Fanon tenha criticado duramente os partidos de esquerda franceses, que criaram seções partidárias na Argélia colonizada e mantiveram "os mesmos slogans, programas e modos de luta" da França metropolitana, demonstrando total desconhecimento do fato de que a classe trabalhadora francesa e seus supostos representantes, ainda assim, mantinham seu papel como parte do projeto colonial.

A opressão colonial-colonial é significativamente diferente da opressão de classe, mas um paralelo entre as duas talvez possa ajudar a entender as diferenças.

No conflito de classes, os interesses da classe dominante — explorar o trabalho alheio — e os da classe trabalhadora — assumir o controle democrático sobre o trabalho — são irreconciliáveis. Isso significa que, em geral, a solidariedade entre opressor e oprimido é impossível, se não mesmo absurda. O conflito de classes, historicamente marcado por episódios sangrentos e ferozes, termina quando o sistema que defende os interesses da classe dominante é destruído. Os membros da classe opressora podem então desistir de perseguir esses interesses e aceitar tornar-se

membros de pleno direito de uma sociedade livre e democrática, na qual seus interesses contam tanto quanto os dos outros, nem mais nem menos.

Enquanto os interesses opostos no conflito de classes giram em torno do controle do trabalho e dos meios utilizados para sua obtenção, os conflitos entre colonos e colonos giram em torno, principalmente, da própria existência das pessoas na terra: o interesse do colonizador é — como afirma Ilan Pappé — assumir o controle da maior parte possível da terra com o menor número possível de indígenas. Esse interesse é perseguido, dependendo do nível de restrições à violência, por meio de genocídio, limpeza étnica, expulsão, diversas formas de controle demográfico, desumanização e apagamento cultural. O interesse do nativo é interromper e reverter esse processo.

Assim como o conflito de classes termina quando o sistema que sustenta os interesses da classe dominante (o Estado, a economia capitalista) é destruído, o conflito colonizador-colonial termina com a destruição do sistema de interesses que sustenta o projeto colonial (sua ideologia, seu controle sobre a terra e as vidas dos nativos) — ou com a eliminação da população indígena.

Da perspectiva dos interesses coloniais, a classe trabalhadora do projeto colonial de assentamento e sua classe dominante estão, portanto, estruturalmente alinhadas. Portanto, a solidariedade baseada na comunhão de interesses entre a classe trabalhadora do país colonialista e o povo colonizado é tão improvável quanto a solidariedade entre capitalistas e trabalhadores:

*“Em um país colonial, costumava-se dizer, há uma comunhão de interesses entre o povo colonizado e a classe trabalhadora do país colonialista. A história das guerras de libertação travadas pelos povos colonizados é a história da não verificação dessa teoria.”* [25]

O comentário de Fanon sobre a falta de comprovação histórica de tal solidariedade é corroborado mais uma vez no caso da Palestina [27].

A natureza dos conflitos entre colonos e colonos e as peculiaridades de cada situação colonial também determinam os instrumentos da luta. No caso da Palestina, por exemplo, as greves trabalhistas tornaram-se indiscutivelmente menos eficazes

desde a Primeira Intifada, dada a dependência cada vez menor da economia israelense em relação à mão de obra palestina. Isso é notavelmente diferente, por exemplo, do caso da África do Sul do apartheid, conforme explicado pelo NYSJP:

*“Enquanto os indígenas sul-africanos eram usados como uma fonte de mão de obra barata e explorável [...], o sionismo não precisa de mão de obra palestina [...] Embora haja muitos palestinos da Cisjordânia que trabalham dentro das fronteiras de Israel, Israel está facilitando uma crescente importação de mão de obra estrangeira de países da antiga União Soviética, Filipinas, China, Tailândia, etc.”*

*Os autores, que escreveram em 2015, concluíram que “olhando para os últimos massacres em Gaza e para o projecto de colonização em constante crescimento, fica claro que o plano de Israel para a Palestina não é nada menos do que a expulsão e o genocídio”. [26]*

A mudança da política israelense para a extrema direita religiosa — o que Pappe chama de vitória do Estado da Judeia sobre o Estado de Israel —, o atual ataque genocida a Gaza e os projetos em andamento de anexação e limpeza étnica da Cisjordânia marcaram uma escalada no conflito colonial. Tal escalada reduziu drasticamente as esperanças de que a resistência pacífica e as greves em massa sejam centrais para a libertação palestina. Quando os trabalhadores entram em greve, eles se baseiam em dois fatores: 1. sua capacidade de paralisar (partes da) economia capitalista; 2. o fato de que a classe dominante geralmente será incapaz/não estará disposta a responder com violência assassina direta. Ambos os elementos têm estado cada vez mais ausentes na Palestina. Da mesma forma, a solidariedade de israelenses antisionistas é extremamente marginal e provavelmente se tornará ainda mais.

Isso não significa que a luta palestina esteja fadada a se tornar apenas uma guerra sangrenta entre uma força guerrilheira e uma potência nuclear governada por fanáticos religiosos. Espera-se que mobilizações em massa e o poder popular democrático conquistem vitórias significativas para os palestinos. Da mesma forma, esperamos que cada vez mais israelenses abandonem o sionismo e, assim, minem ativamente o projeto colonial. Mas, na verdade, o que isso significa para nós, anarquistas no Ocidente, é que devemos parar de nos envolver com o movimento de

solidariedade à Palestina como se tivéssemos soluções pelas quais os palestinos são responsáveis por não terem sido implementadas, e como se eles fossem de alguma forma responsáveis pela falta de solidariedade dos trabalhadores israelenses e pelo nível de violência no conflito. Envolver-se em conversas com os palestinos e as comunidades na vanguarda do movimento de solidariedade no Ocidente, sem pré-condições e sem atitudes paternalistas, é a única maneira de avançarmos em nossa compreensão da luta palestina e da relevância das fórmulas anarquistas para ela.

## **2.2 Solidariedade com a Palestina e organizações anarquistas: alguns pontos práticos**

O quadro que pinteí até agora é o seguinte:

— a luta palestina é rica em contradições em relação à prática e ideologia anarquistas.

— há boas razões para acreditar que pelo menos algumas fórmulas e slogans que os anarquistas propuseram para a Palestina são baseados em uma compreensão equivocada do colonialismo de povoamento ou não são materialmente aplicáveis no momento atual à luta palestina.

— Quando anarquistas ocidentais destacam sua oposição ao Hamas, eles o fazem não por preocupação prática com as chances de sucesso da luta palestina, mas por necessidade de manter consistência ideológica. Lutas anticoloniais são assuntos feios. Muitos anarquistas caíram na armadilha de esperar que os palestinos sejam “vítimas perfeitas” ou “revolucionários perfeitos” [28] . Em última análise, muitos de nós simplesmente não estamos dispostos a lidar com o desconforto de contradições substanciais. Portanto, tentamos resolver a dissonância cognitiva deturpando o Hamas, tentando negar que seja uma força legítima que luta pela libertação palestina, qualificando nossa solidariedade (apoiamos os palestinos, mas...), ou ainda afirmando que toda a luta de libertação nacional palestina é equivocada por causa de sua inconsistência com a ideologia anarquista.

A isso, devemos acrescentar outra consideração crucial: é improvável que organizações anarquistas tenham um impacto significativo e positivo no movimento de solidariedade com a Palestina se insistirem em pontos de divergência ideológica. Na

França, onde vivo, o movimento de solidariedade com a Palestina é participado e liderado em grande parte por comunidades da diáspora. Seu apoio à Palestina é fortemente motivado pela consciência anticolonial e antirracista, bem como pela identidade religiosa e nacional. O movimento está, com razão, preocupado, antes de tudo, com a realidade material da luta palestina pela libertação, não com uma disputa de ideologias. Enquanto o Hamás for percebido como contribuindo construtivamente para essa realidade material, continuará a ser valorizado como uma força anticolonial, tanto pelos palestinos quanto pelos solidários. E se os anarquistas usarem a luta palestina como uma oportunidade para proclamar e mensurar quais princípios ideológicos os distinguem de todos os outros, dificilmente serão considerados camaradas.

Minha sugestão é que as organizações anarquistas reconcebam seu papel no movimento de solidariedade através das lentes do **dualismo organizacional**, um conceito desenvolvido na teoria da estratégia anarquista conhecida como Especificismo [29, 30]. O dualismo organizacional é a ideia de que o terreno da luta pode ser amplamente separado em dois níveis: **o nível popular** é representado por movimentos de massa, como sindicatos de trabalhadores e de aluguel, movimentos estudantis e centros comunitários. Esses movimentos não unem as pessoas com base na convergência ideológica, mas sim com base em um objetivo prático compartilhado — geralmente, a satisfação de uma necessidade. No caso dos sindicatos, por exemplo, o objetivo compartilhado é defender e melhorar os salários e as condições de trabalho dos trabalhadores. Enquanto esse objetivo for alcançado, os trabalhadores podem estar menos preocupados com a forma como ele é alcançado: por meio de um sindicato anarco-sindicalista revolucionário ou por meio de um reformista e burocrático. **O nível político**, por outro lado, é representado pelo trabalho de uma organização anarquista específica (SAO), que está focada no projeto mais amplo de derrubar o capitalismo e o Estado e construir uma sociedade revolucionária. O SAO tem como objetivo apoiar os movimentos de massa em suas lutas, fortalecer sua tendência revolucionária e democrática e repelir tentativas de cooptação desses movimentos por parte de reformistas e autoritários. Os militantes do SAO entendem que a melhor maneira de realizar esse trabalho não é por meio de discussões ideológicas, mas sim pela

participação genuína na luta do movimento, demonstrando, assim, pelo exemplo, os méritos das práticas anarquistas.

O movimento de solidariedade com a Palestina é, obviamente, diferente de um sindicato, mas algumas das principais lições do dualismo organizacional ainda se aplicam. Os anarquistas devem ser membros determinados e ativos do movimento, concentrando-se em contribuições práticas que visem apoiar genuinamente a luta palestina. Isso implica conviver com as contradições, incluindo o papel do Hamás na resistência, e evitar se envolver em discussões ideológicas públicas na esperança de que estas possam convencer alguém de nossa retidão — o que raramente acontece. De fato, como argumentei na subseção anterior, os anarquistas devem reconhecer que, quando se trata da Palestina, somos nós que precisamos desesperadamente da contaminação ideológica das lutas de solidariedade anticoloniais.

Voltando ao exemplo da França, como eu disse, a participação das comunidades da diáspora é construída em torno da experiência compartilhada de resistência anticolonial. Slogans como "L'Algérie a vaincu, le Vietnam a vaincu, Palestine vaincra" (A Argélia venceu, o Vietnã venceu, a Palestina vencerá) e "De Nouméa a Gaza, résistance!" (De Nouméa a Gaza, resistência!) mobilizam milhares de pessoas porque evocam sentimentos de orgulho nacional e a interconexão entre as lutas anticoloniais. Os anarquistas devem aprender a apoiar e celebrar esses sentimentos, em vez de descartá-los ou ignorá-los.

O mesmo se aplica ao papel da identidade religiosa, que continua sendo outro calcanhar de Aquiles para os anarquistas. Conversei com camaradas muçulmanos que me confessaram que se sentem alienados pela atitude dos anarquistas em relação ao islamismo na luta palestina. Sejamos claros. Proclamar nosso apoio ou preferência por uma "Palestina laica" e uma "resistência palestina laica" é mais uma demonstração de nossa falta de embasamento na luta palestina e simplesmente expõe nossa inquietação com o papel do Hamás na frente anticolonial. Em contextos de islamofobia generalizada, tais posturas isolam nossas organizações das comunidades na vanguarda da luta e, mais importante, contribuem para a narrativa do opressor.

O islamismo é parte integrante da resistência palestina. Como K., uma camarada palestina não religiosa, me disse certa vez, a fé e as práticas islâmicas fazem parte da identidade palestina que Israel vem tentando aniquilar, e defendê-las é uma

forma de os palestinos resistirem ao genocídio. "Se eu tivesse um filho, eu o obrigaria a rezar na Mesquita de Al-Aqsa e a defendê-la das invasões israelenses", concluiu.

Como apontado pelo meu camarada A., sem apelar aos princípios e ensinamentos do islamismo, dificilmente seríamos capazes de entender a dignidade da Sumud (firmeza) que emana do Vale do Jordão e das colinas do sul de Hebron, a celebração dos Shuhada (mártires) que fortalece os combatentes palestinos pela liberdade nos campos de refugiados, a paciência e a entrega a Deus que dá força a milhares que resistem nas prisões da ocupação.

Tentemos, finalmente, abordar honestamente o fenômeno complexo que é o islamismo no contexto das lutas de libertação nacional. Abandonemos o medo da religião e a islamofobia internalizada, e acolhamos o papel que a fé islâmica desempenha na vida e na resistência de nossos irmãos e irmãs ao redor do mundo.

## 2.3 Conclusão

*“Não estamos libertando a Palestina. A Palestina está nos libertando.”*

— Slogan do movimento de solidariedade à Palestina.

Quando os anarquistas conseguem superar essas dificuldades, eles têm muito a oferecer ao movimento de solidariedade com a Palestina. Grupos anarquistas podem mostrar os méritos da organização democrática, atuar como uma ponte com o movimento trabalhista e ambientalista e fortalecer a tendência anticapitalista do movimento de solidariedade. Finalmente, uma vez reconhecidos os desafios teóricos, podemos nos oferecer para contribuir para o crescimento ideológico comum do movimento: podemos encorajar discussões internas construtivas sobre as contradições da luta palestina — por exemplo, o apoio iraniano à guerrilha palestina — e, ao mesmo tempo, aceitar conviver com essas contradições.

Nossa perspectiva pode ser ainda mais a longo prazo e de longo alcance. Desde 7 de outubro, a luta palestina contra o colonialismo mudou o curso da luta em nossos países. Para milhões de pessoas, o nível de conscientização e a motivação para agir aumentaram. A consciência anti-imperialista se generalizou. A hegemonia dos EUA

não é mais vista como inevitável, enquanto a chamada civilização ocidental revelou mais uma vez o que realmente representa, para todos testemunharem: “a escravidão, a exploração e o genocídio de grandes grupos de pessoas de cor oprimidas e povos indígenas do mundo” [31] . Os laços inextricáveis entre o capitalismo global e o colonialismo israelense foram expostos como nunca antes. Inúmeras pessoas no Ocidente desenvolveram uma consciência sem precedentes da legitimidade da resistência.

É crucial que as organizações anarquistas trabalhem para consolidar esses marcos, organizar o movimento e se estabelecer como aliadas naturais de todos que lutam contra a opressão. Nos próximos anos, à medida que a influência ocidental for desafiada em todo o mundo e as contradições se intensificarem, a classe dominante provavelmente intensificará a violência (neo)colonial no exterior e abraçará abertamente o fascismo internamente. As linhas nacionais e religiosas provavelmente se tornarão centrais no conflito entre os Estados e suas populações, e todos os sinais apontam para uma crescente instrumentalização da islamofobia pelas elites para "dividir e governar" a classe trabalhadora. Num futuro não muito distante, a questão de como os anarquistas ocidentais devem abordar as lutas de libertação nacional e os movimentos islâmicos anticoloniais se tornará ainda mais urgente do que é hoje. Para evitar a catástrofe e alcançar a libertação para todos, será crucial que desenvolvamos uma forte cultura antirracista e anti-islamofóbica em nossas fileiras, que amadureçamos uma compreensão complexa do anticolonialismo islâmico e que estejamos prontos para empregar nosso melhor pragmatismo e dinamismo.

As opiniões expressas neste artigo são do autor e não representam necessariamente as opiniões de todos os membros do coletivo.



- [4] Caridi, Paola. Hamas: Da resistência ao governo . Seven Stories Press, 2012.
- [4] Caridi, Paola. Hamas: Da resistência ao governo . Seven Stories Press, 2012.
- [4] Caridi, Paola. Hamas: Da resistência ao governo . Seven Stories Press, 2012.
- [4] Caridi, Paola. Hamas: Da resistência ao governo . Seven Stories Press, 2012.
- [4] Caridi, Paola. Hamas: Da resistência ao governo . Seven Stories Press, 2012.
- [4] Caridi, Paola. Hamas: Da resistência ao governo . Seven Stories Press, 2012.
- [4] Caridi, Paola. Hamas: Da resistência ao governo . Seven Stories Press, 2012.
- [4] Caridi, Paola. Hamas: Da resistência ao governo . Seven Stories Press, 2012.
- [4] Caridi, Paola. Hamas: Da resistência ao governo . Seven Stories Press, 2012.
- [5] Chehab, Zaki. Por dentro do Hamas: A história não contada de militantes, mártires e espiões . Bloomsbury Publishing, 2007.
- [5] Chehab, Zaki. Por dentro do Hamas: A história não contada de militantes, mártires e espiões . Bloomsbury Publishing, 2007.
- [5] Chehab, Zaki. Por dentro do Hamas: A história não contada de militantes, mártires e espiões . Bloomsbury Publishing, 2007.
- [6] Opinião | O assassinato míope de Israel — The New York Times (nytimes.com)
- [7] Documento do Hamas de 2017, comumente referido como a “nova carta” do Hamas: Hamas em 2017: O documento completo | Middle East Eye
- [7] Documento do Hamas de 2017, comumente referido como a “nova carta” do Hamas: Hamas em 2017: O documento completo | Middle East Eye
- [8] Pacto do Hamas de 1988, comumente referido como “carta” do Hamas: The Avalon Project: Hamas Covenant 1988 (yale.edu)

- [9] Sinwar: 'É hora de uma mudança, acabar com o cerco' (ynetnews.com)
- [10] Gunning, Jeroen. Hamas na política: democracia, religião, violência . Editora HURST, 2007.
- [11] Hamas. Nossa Narrativa: Operação Inundação de Al-Aqsa
- [11] Hamas. Nossa Narrativa: Operação Inundação de Al-Aqsa
- [12] Scahill, Jeremy. No registro com o Hamas . Dropsitenews.com, 9 de julho de 2024:
- [12] Scahill, Jeremy. No registro com o Hamas . Dropsitenews.com, 9 de julho de 2024:
- [13] <https://t.me/PalestineResist/13228>
- [14] Pappe, Ilan. O colapso do sionismo . New Left Review, 21 de junho de 2024
- [14] Pappe, Ilan. O colapso do sionismo . New Left Review, 21 de junho de 2024
- [15] Como o genocídio de Gaza levará ao colapso de Israel, com Shir Hever . Electronic Intifada, 11 de junho de 2024
- [16] Israel e o Hamas são culpados de crimes de guerra?, com Osama Hamdan. AlJazeera, 13 de outubro de 2023
- [17] 7 de outubro . AlJazeera, 20 de março de 2024
- [17] 7 de outubro . AlJazeera, 20 de março de 2024
- [18] Hamouchene, Hamza. A falsa equivalência entre o colonizado e o colonizador . África é um país, 21 de novembro de 2023
- [18] Hamouchene, Hamza. A falsa equivalência entre o colonizado e o colonizador . África é um país, 21 de novembro de 2023
- [19] Batalha de Argel (1956–1957) — Wikipédia
- [19] Batalha de Argel (1956–1957) — Wikipédia
- [20] Finkelstein, Norman. NAT TURNER EM GAZA . normanfinkelstein.com, 26 de outubro de 2023:
- [21] Alikhan, Zubayr. A impensabilidade da revolta dos escravos . Mondoweiss, 8 de fevereiro de 2024
- [21] Alikhan, Zubayr. A impensabilidade da revolta dos escravos . Mondoweiss, 8 de fevereiro de 2024

[22] Abu Sitta, Salman. Eu poderia ter sido um dos que romperam o cerco em 7 de outubro . Mondoweiss, 4 de janeiro de 2024.

[23] Price, Wayne. Autodeterminação nacional, internacionalismo e socialismo libertário . The Anarchist Library, 8 de novembro de 2017.

[23] Price, Wayne. Autodeterminação nacional, internacionalismo e socialismo libertário . The Anarchist Library, 8 de novembro de 2017.

[23] Price, Wayne. Autodeterminação nacional, internacionalismo e socialismo libertário . The Anarchist Library, 8 de novembro de 2017.

[24] Malatesta, Errico. O método da liberdade: um leitor Errico Malatesta. AK Press, 2014.

[24] Malatesta, Errico. O método da liberdade: um leitor Errico Malatesta. AK Press, 2014.

[25] Fanon, Frantz. Para a revolução africana. Paris: Maspero, 1969.

[25] Fanon, Frantz. Para a revolução africana. Paris: Maspero, 1969.

[25] Fanon, Frantz. Para a revolução africana. Paris: Maspero, 1969.

[26] Estudantes de Nova Iorque pela Justiça na Palestina. O teto do BDS . nycsjp.wordpress.com, 4 de outubro de 2015.

[26] Estudantes de Nova Iorque pela Justiça na Palestina. O teto do BDS . nycsjp.wordpress.com, 4 de outubro de 2015.

[27] Awad, Sumaya e Thier, Daphna. Em Israel, o sionismo impede a solidariedade da classe trabalhadora . Jacobin, 4 de abril de 2023

[28] Goner, Ozlem. Internacionalismo para além da geopolítica dos Estados e da solidariedade baseada em princípios em situações “complexas”: solidariedade curda e palestina . Jadaliyya, 24 de outubro de 2023

[31] Ervin, Lorenzo Kom'boa. Anarquismo e a Revolução Negra — A edição definitiva. Pluto Press (2021)

